



 **PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde. Temos quórum. Gostaria, de imediato, em nome da Mesa Diretora, de chamar para presidir o início da nossa sessão e marcar, simbolicamente, mais um gesto importante do Parlamento da capital, a Ver.^a Atena Roveda.

(A Ver.^a Atena Roveda assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Obrigada, V. Exa., Ver. Moisés Barboza. Eu gostaria de cumprimentar o Parlamento porto-alegrense, enquanto Presidente desta sessão, nesta data que marca o Dia Internacional da Visibilidade Trans, em especial a Carla Antonelli, primeira senadora trans da Espanha, e a Sarah McBride, congressista trans dos Estados Unidos. Só referendar que é importante nesses espaços de poder a presença de uma parcela historicamente excluída e marginalizada e que agora pode sonhar muito além das dores e dos sofrimentos sociais advindos do preconceito e da discriminação. Eu convoco, humildemente, em termos democráticos, o apoio inabalável de parlamentares não só desta Casa, mas também de cada uma das 5.569 Casas Legislativas do Brasil, das 27 Assembleias Estaduais e dos 594 congressistas, entre deputados e senadores, para que a gente possa construir não só uma ideia de sociedade onde haja violência, ódio e morte, mas uma sociedade mais justa, respeitosa e que a paz seja o centro das nossas relações humanas. Mais uma vez, muito obrigada e está iniciada a sessão desta tarde.

Vamos chamar aqui, com alegria, e faço esse referendo porque, em 2022, quando assumi como suplente de vereador nesta Casa, nessa mesma sessão em que eu assumi, eu tive a honra de escutar e receber também, na Tribuna Popular, a mesma entidade que está aqui hoje reivindicando os seus direitos.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Projeto Social Angelina Luz que tratará de assunto relativo à importância da inclusão, dos direitos e das políticas públicas voltadas para as pessoas com TEA, bem como as pautas fundamentais para a comunidade autista de Porto Alegre. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre três oradores. A Sra. Érika Rocha, representando o Projeto Social Angelina Luz, a Sra. Janice Silva da Silva e a Sra. Jizel Ogata, estão com a palavra.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Boa tarde a todas e todos, a Presidente da Mesa, aos vereadores e vereadoras. Não é o meu hábito vir à tribuna trazendo um papel, mas hoje especialmente eu trouxe um texto, vou ler aqui, porque se a gente for abordar tudo que a gente tem que abordar, quando diz respeito ao Transtorno do Espectro Autista, a gente ficaria aqui o dia inteiro. Então vamos lá. Meu nome é Érika Rocha, sou uma mulher autista, mãe de autista, presidente do Projeto Social Angelina Luz, sou presidente da Rede Gaúcha Pró-Autismo, coordenadora estadual do Movimento Orgulho Autista Brasil – MOAB, estou enquanto conselheira titular no COMDEPA, representante do Transtorno do Espectro Autista no Município de Porto Alegre. Hoje, nesta tribuna popular sobre autismo, eu venho falar sobre aquilo que muitos tentam esconder, a dor e o descaso que atravessam a vida das nossas crianças e das nossas famílias atípicas. O Centro de Referência do Transtorno Autista – Certa, leva um nome bonito, mas na prática é um centro de violações de direitos. Não há rotina

respeitada, não há vínculo terapêutico, uma rotatividade absurda de terapeutas, de profissionais, erros grotescos de agendamentos, falta de acolhimento, sujeira, um local insalubre, e os brinquedos, que deveriam ser brinquedos pedagógicos, parecem sucatas. Essa é a realidade, essa é a realidade que vocês vão ouvir quando chamarem as famílias atípicas do Certa para uma escuta e não chamarem a gestão para fantasiar o que eles fantasiam desde 2023. Crianças judicializadas sem acesso às terapias, famílias que estão desde a inauguração, em 2023, sem um plano adequado de intervenção terapêutica. Como é possível a gente chamar isso de referência? Não é possível. E mais: todas as mães que cobram pelo direito dos filhos são tratadas como estorvo. O centro, que deveria cuidar, adoece; o centro, que deveria ouvir, silencia. E eu, que estou aqui como mãe, ativista e representante de diversas frentes que lutam pelos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, venho sofrendo perseguição institucional. Exatamente isso, porque, ao cobrar o Certa, eles atacam a minha filha – a minha filha! –, porque eles tentam me calar retirando dela o acesso constitucional à saúde e às terapias em uma tentativa cruel de me amordaçar. Só que ninguém tem o poder, nem nunca terá, de amordaçar uma mãe que luta pela vida de um filho. É isto o que aquelas famílias ali e muitas outras fazem todos os dias: lutam contra um sistema que nos enterra, que nos adoece. Isso é uma covardia tremenda. Isso é crime. Crime!

E eu quero deixar um recado muito claro a esta Casa: os vereadores aqui presentes, independentemente de lado partidário, foram colocados nessas cadeiras aqui pelo povo. O Certa precisa ser fiscalizado com rigor – fiscalização com rigor –, porque ele não pode seguir sendo o maior palanque político do Município de Porto Alegre, muito menos às custas de vidas. Vidas! Nossos filhos são vidas, não são objetos.

Eu aproveito esta tribuna para pedir oficialmente à frente parlamentar das pessoas com deficiência a realização de uma oitiva aqui na Casa do Povo, no Plenário Ana Terra. Uma escuta verdadeira, onde as famílias atípicas do Certa possam ser ouvidas e não silenciadas. Famílias atípicas que estão aqui hoje, eu quero dizer para vocês: não se calem. Eu sei que muitas de vocês estão

doentes, nós sabemos. E não é o autismo que tem nos adoecido, é o sistema, é a negligência, é o abandono, é a violência institucional. Por conta disso, a gente tem se despedido todos os dias, uma das outras. Todos os dias a gente se despede de uma mãe, que não aguenta mais; a mãe que mata o filho. A gente não tem o direito de morrer. Porque sem intervenção a gente não consegue fazer com que os nossos filhos tenham o mínimo de independência, que sobrevivam ao mundo. É uma violência atrás da outra. E por conta disso a gente tem se despedido, se despedido, se despedido. Porque ninguém aguenta carregar esse fardo sozinha por muito tempo. A gente ouve por aí: quem cuida de quem cuida. Mas só são palavras ao vento, porque ninguém cuida. Somos nós que colamos os cacos umas das outras; somos nós que seguramos umas às outras, mesmo estando despedaçadas. Vítimas do mesmo algoz. Eu digo aos senhores vereadores e vereadoras, nós precisamos de políticas públicas efetivas, não de promessas ou campanhas em cima da nossa dor. Eu estou falando de dor. Mas só consegue sentir quando dói na gente. Vocês não imaginam quantas cordas de pescoço de mãe eu já tive que tirar. Quantas lágrimas eu já tive que secar, mesmo chorando, e a gente segue colando os nossos cacos. Até um dia uma de nós não conseguir levantar. E aí a gente não tem mais caco para colar. As famílias estão implorando socorro, e não é a primeira vez que eu trago isso na tribuna. Eu já ouvi aqui na tribuna que nós tínhamos que dar graças a Deus que existe o Certa. Não é favor, é direito constitucional. E do que adianta existir um espaço que, na mídia, e pela boca da gestão, parece que é tudo mil maravilhas. Escutem as mães, parem de nos calar; parem de nos calar!

Mulheres que enfrentam o primeiro preconceito dentro da própria família, que se afasta. Nós sofremos abandono total. Primeiro, aquele pai que, quando o diagnóstico entra pela porta, ele pula a janela; depois é a família, o primeiro preconceito; depois os amigos. E a gente está ali sozinha. E a gente só não desiste porque os nossos filhos viraram muletas. Muletas para deixar essas mães de pé. Porque, escutem bem, nós temos a maior arma do mundo e ela é muito mais potente do que a caneta que cada um de vocês segura na mão, porque a nossa arma é o amor incondicional pelos nossos filhos. E nós vamos

lutar até o fim, sem arredar pé, custe o que custar. Então faça o que precisa ser feito, faça o papel para o qual vocês foram eleitos. Olhem para essas mães, para essas crianças com respeito à urgência que essa causa exige. Nós não temos tempo, tempo custa vida. O tempo é lá na frente, os nossos filhos onde? Em algum abrigo, amarrado? Sendo abusado? Onde é que estão as moradias assistidas? E eu não falo de forma simbólica, eu falo de mães que não aguentam mais, eu falo de crianças negligenciadas, de algo real. E a dor é real, Srs. Vereadores, não se apaga a dor com propaganda, e uma propaganda enganosa. Eu vi já muitos vereadores passando pelo Certa, mas eu nunca vi uma oitiva. Então eu volto a pedir aqui uma oitiva, no plenário Ana Terra, para as mães do Certa, e para todas aquelas mães que estão na fila interminável para entrar no Certa, achando que chegando lá vai ser um centro de acolhimento. Mas vai acolher quem? É isso que eu quero falar aqui. Mães atípicas, cansadas, destruídas, mas estamos aqui, porque nós somos a resistência, e vamos seguir sendo a resistência. Resistência! Eu passo agora a fala para a Janice, porque a gente vai continuar. Obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

SRA. JANICE SILVA DA SILVA: Boa tarde, me chamo Janice Silva, sou uma mulher autista, TDH, mãe de três filhos autistas e educadora social, que, desde a adolescência, luto por direitos e inclusão social. Nascida e criada em uma das maiores vilas de Porto Alegre, a Vila Alto Erechim. Hoje, eu estou com 42 anos, e, nesses 42 anos, eu nunca vi tanta negligência com relação às Pessoas com Deficiência – PcDs, porque nós somos PcDs, e isso precisa ser dito, precisa ser respeitado. Não podemos mais sair de casa e ter as nossas falas invalidadas, a nossa maternagem sendo invalidada, e nos colocarem como loucas dentro de um sistema que não investe e só recebe. Não tem investimento adequado, não tem terapias adequadas dentro desse espaço, que deveria ser um centro de acolhimento. O que a gente tem por acolhimento? A partir do momento que um profissional não acolhe uma mãe, não faz uma ficha de

anamnese, para saber qual é a situação real, saber o núcleo familiar, é um desserviço. Então a gente precisa, sim, mudar e abrir uma sindicância para ver o que acontece lá dentro. São barbaridades que acontecem lá dentro. Falta de gestão. Tudo bom, Ver. Marcelo? Então a gente acessa, desde 2023, eu tenho um filho que foi encaminhado para o Certa. Por quê? Graças a Deus, encontrei um profissional de saúde num posto do Campo Novo, quando eu morava na Zona Sul, e ele fez articulação em rede, como deveria ser, articulação em rede. Porque nós precisamos, sim, ser acompanhadas pelo serviço da assistência, nós precisamos ter prioridade dentro desses espaços. A gente precisa de acompanhamento do serviço social, gente. Sou uma das coordenadoras do Projeto Social Angelina Luz, o projeto recebe mais de 680 famílias, mais de 680 famílias, e não só com a demanda do filho autista; são milhões de demandas. O projeto está fazendo um trabalho, enquanto sociedade civil, e esse espaço deveria ter um olhar diferenciado, e isso não está tendo. Não estamos tendo inclusão. Obrigada. (Palmas.)

SRA. JIZEL OGATA: Meu nome é Jizel, eu sou mãe do Certa. Primeiramente, o Certa carrega um nome de referência, e isso causa muita dor para as mães atípicas, porque o nome mais adequado seria cemitério de referência. Por quê? Porque as mães estão sendo enterradas vivas, as mães, os filhos, quando a gente não tem tratamento, quando não tem o mínimo, o básico que os nossos filhos precisam, que é de rotina, que é de constância, que é de terapeutas. Muda terapeuta toda hora, não tem organização, os materiais totalmente inadequados, uma sujeira, e a gente reclama, e a gente procura, e nada é feito. Quantas reuniões, quantas audiências. Onde está a humanidade de vocês que não enxergam a nossa dor? A nossa dor que a gente sente, porque se fosse demonstrado de uma maneira física, a gente estaria sangrando, isso aqui estaria um mar de sangue, e ninguém enxerga, porque não é com vocês, mas vocês foram eleitos. E eu, como mãe, como cidadã e como defensora de todas as outras mães, eu vou até o final, porque vocês têm que fazer a diferença, vocês têm que correr atrás, vocês têm que usar o poder da caneta e fazer alguma

coisa que preste, porque aquilo ali, a gente está ficando doente, cansada. E quem vai cuidar dos nossos filhos? Quem? A gente só escuta depoimentos tristes e mais tristes. Um pai dizendo: “Hoje eu tenho medo de morrer por causa do meu filho.” Uma mãe falando: “Eu peço que Deus me permita morrer um dia depois do meu filho.” E eu tenho que ter força e saúde para viver pela minha filha. E vocês? Cadê a humanidade de vocês? Cadê? Vão ficar até quando assim? Não esqueçam que Deus está vendo e vocês vão pagar essa conta, porque tudo que sai da boca da gente é uma profecia. E eu decreto agora que todos que nos abandonaram, nos esqueceram, vão pagar, porque nossos filhos não são números que saíram de um sistema sujo que fica lá no *site* da Prefeitura, a coisa mais linda. Eu já chamei o Lula, Bolsonaro, falei com a maioria aqui. Muitos nem me responderam, porque não é o filho de vocês. Deveriam ter vergonha na cara. Para que serve a justiça? Para que serve o direito? Para garantir a ordem, para defender os nossos direitos. E vocês estão fazendo o quê? Não é favor! É direito, é direito da minha filha, dessas mães que estão doentes. E o que vocês fazem? Vão se mexer? Cadê o coração? Cadê o lado humano? Cadê o lado de pai, mãe, filha? Criem vergonha na cara, vão lá no Certa e vejam o que acontece, porque as crianças estão regredindo. Vocês estão tirando a chance da minha filha e de todas as crianças de evoluir, e não fazem nada. Mas essa conta é com Ele lá em cima, porque Deus está conosco. Foram vocês que nos abandonaram. (Palmas.)

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O microfone de apartes está aberto aos parlamentares para que possam fazer fala. A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Presidenta Atena, primeiramente, que orgulho e que honra de te ter presidindo a sessão de hoje. Mas eu não posso aqui deixar de me solidarizar, de fato – sou vereadora de primeiro mandato –, com vocês que são mães atípicas. E eu sei o sofrimento que vocês, de fato, têm enfrentado, porque quero só lembrar aqui que nós

votamos, este ano, e a base aqui manteve um veto do prefeito ao projeto de lei do Ver. Claudio Janta, que não conseguiu ser reeleito aqui, que determinava a criação de salas de espera multissensoriais nos hospitais públicos e privados e nas unidades de saúde da capital. O veto não foi derrubado, mas não foi com o voto nosso de esquerda. Nós votamos para derrubar o veto e para que essas salas fossem, de fato, realidade. Quero me colocar, como líder do PT, à disposição, na verdade, para gente construir uma frente potente e constituir políticas que, de fato, apontem saídas para ajudar não somente os filhos e filhas, mas também as mães, os pais, as famílias todas que sofrem com a ausência do Estado. Nossa luta e nossa disposição seguem aqui. Mais uma vez, desculpem, porque, por vezes, esta Casa esquece de votar aquilo que é essencial e fica aqui gastando tempo a tarde toda com temas que não são importantes.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Presidenta Atena, minha solidariedade também a todo o trabalho que a Angelina Luz vem fazendo nesses últimos tempos, venho acompanhando bastante esse trabalho. Muitas mães que estão ali naquela plateia, a gente acompanha há bastante tempo a luta, toda a trajetória. Nós já fomos fazer uma primeira visita ao Certa, de fiscalização, para entender o que estava acontecendo. Nós, no primeiro dia do nosso mandato, colocamos os pés na Casa e o primeiro projeto de lei que nós apresentamos aqui foi voltado às mães e responsáveis por atípicos. Espero que esta Casa brevemente possa aprovar esse projeto.

Mas quero aqui também aproveitar e dizer para todas vocês que a nossa luta vai se travar sim ao lado das famílias, das crianças e dos adultos atípicos, porque a gente entende hoje que a nossa cidade é falha nas políticas públicas voltadas a esse tema. Quero convidá-los já para o dia 9 de abril, aqui nesta Casa, às 10h, nós estaremos lançando a nossa frente parlamentar das famílias atípicas e nós vamos debater sobre o Certa, nós vamos debater sobre

a ausência de políticas, nós vamos debater com o olhar e com o coração, mãe, porque é isso. A sensibilidade é que gera e pauta, mas a gente precisa lutar muito com aqueles e com aquelas que não acreditam nessa pauta, e nós estamos juntos. Obrigada.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, quero saudar a nossa Presidente da Câmara, em exercício, Ver.^a Atena; saudar a Angelina, a Janice, a Jizel; saudar também todas as mães, praticamente estou vendo mães. Quando a gente fala da causa do autismo, infelizmente, nem sempre os pais estão junto, muitos estão, mas a gente vê aqui o comprometimento das mulheres, das mães atípicas. Digo que essa causa do autismo, ela é muito importante para mim. Nós estamos chegando no mês de abril, o mês conhecido como Abril Azul, de conscientização do autismo, dia 2 de abril é o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, e eu vejo que ainda muito nós temos que avançar. Quando falamos de autismo, nós precisamos falar de inclusão, nós precisamos falar de respeito, de atendimento, de tratamento, é isso que nós precisamos. E quando eu digo que a gente conhece um autista, a gente conhece um autista, porque não são todos iguais, não são todos que têm que ter o mesmo tratamento. Por isso que a gente fala da diversidade.

Sobre a questão do Certa que foi falado aqui, é um serviço novo, tem há dois anos, eu acho que tem crítica, sim, mas nós precisamos...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Nós precisamos trabalhar nessas críticas, e nós precisamos também aprender a não atacar a instituição e, sim, ver o que precisa ser melhorado.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Vamos aguardar somente o tempo da parlamentar para que a gente possa escutar o que ela quer dizer, e aí sim a gente poder realizar as críticas, só para que ela possa encerrar a sua ideia. Só um minutinho.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): O que nós precisamos discutir: qual é o tratamento que as famílias entendem que precisa ser feito para o autismo? Por exemplo, no Certa, o tratamento, quando a criança entra, ela fica o tempo que necessitar, que geralmente são anos.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Mas aí o que a gente quer de modelo de tratamento, mudar a cada ano? Mudar a cada ano? Tem alguns serviços que o tratamento é anual, é isso que nós queremos para o Certa, quem sabe, um tratamento anual? Aí a cada ano as mães têm que buscar um outro serviço? Então acho que isso que está em pauta: qual é o modelo de tratamento que nós queremos para o Certa?

Mas eu quero dizer para vocês, para as mães que estão aqui, contem comigo! Contem comigo! Porque a gente pode debater essa situação, discutir, tratar, com o secretário da Saúde qual é o modelo melhor de tratamento. Muito obrigada.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Eu queria, primeiro, parabenizar vocês por essa fala potente, forte, com sentimento. E eu queria dizer que vocês estão corretíssimas, essa plenária precisa escutar o que vocês têm

para dizer. E vocês têm que vir aqui e dar esse tapa na cara da gente mesmo, isso é necessário. Meu nome é Alexandre, eu também estou no meu primeiro mandato, eu sou pediatra. Fui médico da rede, na Cruzeiro, na Bom Jesus, na Lomba do Pinheiro, no Presidente Vargas, no Hospital de Clínicas, e eu sei a dificuldade, eu vivi isso na pele também, de estar na frente dos meus pacientes e a gente não conseguir fazer encaminhamento para um neurologista pediátrico. (Palmas.) A gente está na frente e a gente saber que essas crianças não conseguem ter um tratamento com fisio, não conseguem ter o tratamento com fono, não conseguem ter tratamento com TO, e a gente ficar anos, anos, aguardando o encaminhamento chegar. Eu sei a dificuldade que é, tenho visto isso todos os dias com os meus pacientes, seja aqui em Porto Alegre, seja na grande metrópole que nós vivemos aqui, porque eu atendo também em São Leopoldo, sei que lá também não é tão diferente. O que a gente precisa fazer para ajudar as mães e as crianças é gigantesco. E aqui dentro, infelizmente, eu preciso dizer para vocês que a gente nem sempre vai escutar o eco do que vocês têm para dizer. Nem sempre chega aqui porque não está na vontade, não está dentro da pauta do lucro, não está dentro da pauta da terceirização, da pauta de ter uma utilização dos hospitais para ganharem dinheiro. O que a gente precisa é de investimento de verdade para toda a população dentro da saúde, e isso a gente não vê aqui. Hoje, a saúde de Porto Alegre virou comércio e o filho de vocês custa caro. Essa é a verdade e a gente precisa combater essa verdade. Parabéns para vocês. Vocês são guerreiras. Parabéns. Não deixem de lutar. Contem conosco.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, Presidenta, é muito bom te ver presidindo esta sessão, nossa Ver.^a Atena. Boa tarde, Érika; boa tarde, meninas. Uma trajetória que eu reconheço e conheço de muito tempo da luta essencial que vocês fazem na nossa cidade, mas também reverberando

para o conjunto do Estado. Quero saudar, em nome de vocês, o conjunto de mães que a gente vê aqui neste plenário e que ecoa uma voz de desespero de quem não quer mais ser guerreira, ainda que sejam guerreiras. Mas quando a gente olha para cá e vê mães, em sua maioria, a gente sabe que é porque quando o diagnóstico chega pela porta, na maioria das vezes, os pais saem pela janela, e são as mães solo que lutam com o enfrentamento a serviços precarizados e as violações sistemáticas de direitos que a gente tem em todas as áreas de desenvolvimento de uma criança, de um adolescente, de um adulto com deficiência, com autismo. Eu quero reforçar aqui a necessidade de nós termos uma força-tarefa nesta Casa para enfrentar o sucateamento e também as mentiras que se falam sobre o Certa. Como professora de Educação Especial, que sigo atuando lá no EMEF Nossa Senhora de Fátima, sei o tempo que leva de encaminhamento de um estudante, sei o tempo que leva para assegurar o acesso ao serviço e sei também o quanto ele está precarizado. Da mesma forma, como o meu colega Ver. Alexandre já disse, o tempo que a gente leva para assegurar a garantia uma consulta, para construir um processo de diagnóstico e depois, só por meio judicial, a garantia das terapias. Então a gente precisa avançar sobre isso com uma força-tarefa de sensibilização desta Casa e a voz de vocês é fundamental para isso. Nesse mesmo sentido, eu quero pedir a ajuda de vocês para que possam nos auxiliar a sensibilizar hoje a base do governo, para que o programa que vai ser votado nesta Casa, nesta tarde, de alfabetização, reconheça e assegure os direitos dos estudantes da educação especial. Nós estamos apresentando três emendas para reconhecer que existem estudantes com autismo nas nossas salas de aula...

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Obrigada, Ver. Juliana.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): ...e que eles precisam ter os seus tempos e os seus modos de aprender reconhecidos, valorizados, respeitados, assim como ter garantida acessibilidade curricular. Então, peço que vocês nos auxiliem a pedir para que a base aprove as três emendas que

defendem o direito à educação inclusiva, as convido para construírem a frente parlamentar que o nosso mandato propôs de defesa da educação inclusiva na nossa cidade...

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Obrigada, Ver.^a Juliana.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): ...e que lutem conosco contra o remanejamento forçado dos monitores, que também é mais uma violação ao direito à educação dos nossos estudantes da educação especial aqui na rede municipal.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O Ver. Marcelo Bernardi está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Presidente Atena; Érika, presidente; Janice, Jizel, é muito fácil para quem nunca viveu a realidade de vocês. Eu fui conselheiro tutelar por quase 20 anos e eu pude acompanhar muitas mães, durante todos esses anos, todos os obstáculos que vocês enfrentam no seu dia a dia. Infelizmente, essa é uma realidade. E digo para vocês: o autismo, o que vocês estão pedindo não tem ideologia. Aqui, elas não estão discutindo o que é o PT, o que é o Bolsonaro, o que é o Lula; elas querem o direito dos filhos delas. Então, não usem de palanque desta Casa em cima desse tema tão importante. Essa é a realidade, não surfem nessa onda! Quero ver agora, porque começam as emendas parlamentares, Érika. Vamos ver quantos vereadores desta Casa vão destinar agora. Porque o maior problema que vocês têm o que é? Os laudos. Eu estou esperando vocês lá para nós discutirmos sobre as minhas emendas, para eu destinar para vocês, para nós desafogarmos essa situação que vocês tanto têm nas suas vidas, no seu dia a dia. Agora, vamos esperar os demais colegas. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O Ver. Erick Dênil está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Primeiro, boa tarde, Ver.^a Atena, satisfação vê-la presidindo esta Casa; cumprimento a Érika, já estivemos juntos em outras oportunidades, na caminhada, na defesa de melhorias, de investimento na causa autista; cumprimento as mães que estão aqui presentes, na sua grande maioria, mães, mulheres. Eu estou aqui há 90 dias, amanhã completam 90 dias do nosso mandato, sou um vereador novo aqui na Casa, por consequência também o vereador mais jovem, junto com o meu colega Giovani Culau, e também presidente da Comissão de Direitos Humanos. Primeiro, me coloco à disposição de vocês, reconhecendo as demandas de vocês, e vocês estão cobertas de razão. Por vezes, aqui na Casa, nós percebemos que as pautas importantes não são debatidas; e tantas outras que são menos importantes, são levadas como prioridade. E a gente percebe que o Município de Porto Alegre tem andado na contramão da ajuda das crianças especiais, dos adolescentes, dos jovens e até mesmo dos adultos. Vai no posto de saúde e não tem especialistas, não tem neurologista, não tem laudo, portanto não tem encaminhamento, e isso reflete uma política do governo Melo, que terceirizou 97% dos postos de saúde, ou seja, o poder público tem que se responsabilizar e defender a causa autista. Tem que investir, tem que de fato encarar isso com seriedade. Então, colocamos o nosso mandato à disposição, a gente acredita que isso é uma construção coletiva e parabenizamos vocês. Faço um convite aqui publicamente: cheguem no nosso gabinete 228, vamos conversar, nós estamos à disposição para avançar e defender a causa autista. E também, em 2021, quando eu era suplente – assumi aqui na Casa por uma semana –, fui o criador do projeto de lei que desburocratiza a passagem de ônibus para crianças autistas. Ou seja, hoje é uma burocracia para cadastrar um acompanhante, e só pode um. No nosso projeto de lei, nós desburocratizamos e colocamos os familiares e os responsáveis. E infelizmente esta Casa, em 2021, arquivou esse projeto, nunca foi votado aqui esse projeto, mas nós estamos aqui agora para

encarar e enfrentar isso. Contem com a gente, parabéns às mães! Nós estamos juntos com vocês nessa luta. Muito obrigado.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidenta, antes de tudo, quero registrar a minha alegria com esse momento histórico que vivemos, que é te ver sentada na cadeira da presidência como a primeira mulher trans a presidir uma sessão na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Parabéns por fazer história, e fico feliz por poder prestigiar este momento. Através de ti, Érika, quero cumprimentar o conjunto das famílias atípicas, em especial as mães atípicas que sentem na pele as consequências da ausência de políticas públicas adequadas no atendimento às crianças atípicas, não só na nossa cidade, pois essa é uma realidade nacional. A minha solidariedade fica registrada aqui também, mas acima de tudo a certeza de que nós precisamos transformar a nossa solidariedade em políticas públicas. Políticas públicas que sejam de Estado, que não dependam inclusive de emendas parlamentares de vereadores, porque os vereadores passam e as políticas públicas precisam permanecer. Sem dúvida alguma, a luta pela qualificação do atendimento no Certa para que seja um atendimento digno é imprescindível. Mas além de tudo, nós precisamos descentralizar esse atendimento pela cidade inteira, não é possível ter que atravessar a cidade para chegar a apenas um centro de atendimento. Mas registro aqui que uma das lutas que nós compartilhamos, lado a lado a partir da iniciativa da Angelina Luz, foi a luta contra a terceirização na educação especial na nossa cidade, um levante que se construiu em Porto Alegre a partir da iniciativa da Angelina Luz. e trago esse tema aqui porque infelizmente a terceirização no atendimento à educação especial segue sendo um problema, onde profissionais são colocados dentro das escolas, dentro das nossas salas de aulas, sem ter o mínimo de formação adequada para dar o

suporte que essas crianças e que essas famílias precisam e merecem. A nossa luta segue e a gente segue à disposição. Muito obrigado.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta em exercício, Ver.^a Atena; colegas vereadores e vereadoras; nossos visitantes, mas que são cidadãos e cidadãs que buscam seu direito na nossa querida capital; presidente da entidade, Érika Rocha; Janice e Jizel; sejam bem-vindas aqui. Eu sou vereador, milito muito na área da saúde, e fico impotente quando vejo uma reclamação de alguns cidadãos e cidadãs que não tem eco, não tem muita voz na política de governo. Quando nós tencionamos também para criar o Certa, nós ouvimos na inauguração, embora na época era serviço infantil, que todos que procurariam estariam de portas abertas e, além disso, teriam acompanhamento. Nós, inclusive, reclamamos que teria que estender também para os pais, para as mães, para os adultos, e me parece que isso parou. Nós, da esquerda, somos defensores de uma política pública de qualidade e acompanhamento. Estava conversando com alguns assessores nossos que diziam que não tem nem uma monitoria na área da educação. Não tem. É que nem a gente acessar uma unidade de saúde; tu precisas de um acompanhamento, de uma consulta especializada, fica esperando dois anos e não tem retorno. O que as senhoras estão fazendo aqui é aquilo que nós temos que ouvir e cobrar do governo. Se a função do vereador ou da vereadora é cobrar, nós temos que cobrar.

Emenda impositiva, pessoal, é apagar um pequeno incêndio. Nós precisamos de uma política ampla, universal, capaz de atender a todos. Hoje, a cada 36 pessoas que nascem, uma tem TEA, por isso que nós temos que nos preparar para dar atenção e estender o direito para todas as pessoas. Vou propor, na Comissão de Saúde e Meio ambiente, eu sou membro da comissão de saúde, onde a Tanise é presidenta, mas eu vou sugerir uma visita ao Certa, e gostaria que vocês estivessem presentes...

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Obrigada, vereador.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): ...porque uma coisa é nós irmos lá, e eles dizerem algo para nós, como se fosse tudo que estava acontecendo. Mas o que vocês estão trazendo aqui não está acontecendo, e é preciso acontecer. Forte abraço e bem-vindas.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): A Ver.^a Karen Santos está com as palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Primeiramente, quero te saudar, Atena, por estares presidindo esta sessão; saudar também as mães atípicas que estão colocando essa manifestação. Eu sou uma vereadora, não sou de primeiro mandato, estou no meu terceiro mandato, então já tenho uma certa experiência em relação às possibilidades de mudança de uma política que está em curso. E não é só na área da saúde, é na assistência, é na mobilidade, é na política de habitação, tem um sentido em curso dessa política que vem sendo implementada. As PPPs, as terceirizações, a ongnização dos direitos sociais embaladas por essa pauta e das emendas parlamentares, que acabam sendo também uma política de curral eleitoral. Então a gente diz que a gente é contra a polarização, ao mesmo tempo defende uma política que é de curral eleitoral. Então, a gente está num momento muito complexo, gurias. E eu só acho muito importante o que vocês estão fazendo, que é a mobilização radical em defesa dos direitos de vocês e dos filhos de vocês.

E eu vou aproveitar também essa parte para dizer que amanhã é o primeiro dia de greve dos trabalhadores do Município, que também estão com essa mesma perspectiva, salário e qualidade para fazer o serviço na ponta. Então está todo mundo, estava conversando agora com o Ver. Cecchim, com um mal-estar generalizado de que as coisas não melhoram. Entra ano, sai ano, muda o governo ou permanece, e a sensação é de que as coisas não vão se

modificar. E aí colocar, não tem como terceirizar essa responsabilidade para esta Casa, cada vez mais chamar a responsabilidade para quem está sofrendo na pele, e a gente conseguir ter força e coragem de resgatar essa dignidade que a gente perdeu nesta cidade. E aí não são só vocês, desde os cobradores, as pessoas que limpam nossas casas, os garis, as pessoas que estão na ponta no serviço público, o mal-estar está generalizado, gurias. Então, a importância de a gente vir aqui, se manifestar e não tirar o pé da rua, das nossas comunidades, onde a gente consegue mudar a opinião pública em relação ao sentido que a política e a economia vem tendo na nossa cidade. Tamo junto, contem com o nosso mandato.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O Ver. Rafael Fleck está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Presidente Atena, quero cumprimentar minha amiga Érika, em nome da Érika, as demais convidadas e todas as famílias atípicas que aqui estão hoje. Enquanto vereador e presidente da CECE, quero colocar a Comissão de Educação à disposição de vocês, a todas as pautas que nós sabemos que são muitas, e também colocar o meu mandato à disposição, está bom? Obrigado.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Queremos registrar que a solicitação feita para que as pessoas que estão utilizando paletós possam retirar o paletó por conta de o ar-condicionado não estar bem regulado.

Vamos suspender a sessão por dois minutos, para que a gente possa cumprimentar a presidente Érika Rocha, a Janice Silva da Silva e a Jizel Ogata da entidade Projeto Social Angelina Luz aqui na frente e tirarmos uma foto. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h04min.)

(O Ver. Moisés Barboza reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): (15h08min) Estão reabertos os trabalhos. Vamos aos pregões, diretor Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Aprego as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Aprego justificativa de falta da Ver.^a Juliana de Souza, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na reunião da Secretaria de Juventude do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, no dia 5 de março de 2025. (Processo SEI nº 365.00091/2025-38.)

Aprego justificativa de falta do Ver. Coronel Ustra, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação no evento Agendas com Parlamentares Federais, em Brasília-DF, nos dias 20 e 21 de março de 2025. (Processo SEI nº 363.00093/2025-29.)

Aprego justificativa de falta da Ver.^a Comandante Nádia, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação no programa Pampa Debates, em Porto Alegre, no dia 26 de março, às 17h. (Processo SEI nº 025.00042/2025-92.)

Aprego representação externa da Ver.^a Comandante Nádia, que representará esta Casa numa Audiência com o Ministro Augusto Nardes, no Tribunal de Contas da União, em Brasília-DF, no período de 31 de março a 2 de abril de 2025. (Processo SEI nº 017.00052/2025-36.)

Aprego representação externa da Ver.^a Fernanda Barth, que representará esta Casa no Seminário “Desobstruindo os canais navegáveis do RS - Fatores que oneram ou prejudicam a navegação interior”, na Assembleia

Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 31 de março. (Processo SEI nº 212.00046/2025-45.)

Eram esses os pregões até agora, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado. Agradecendo a presença aqui da Ver.^a Atena, e para que os presentes saibam, a Mesa Diretora entendeu e entende que neste dia era importante que a Ver.^a Atena... Ver.^a Atena, só reforçando, o Parlamento da capital se sente honrado, no Dia Internacional da Visibilidade Trans, que V. Exa. tenha conduzido o Parlamento com tanta maestria.

Vamos retomar os nossos trabalhos. Alguém gostaria de fazer uso da palavra e tempo de liderança? Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Coronel Ustra está com a palavra em Grande Expediente, por cedência do Ver. Gilson Padeiro.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): O Ver. Coronel Ustra está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Gilson Padeiro.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, nossa galeria. Queria agradecer a presença e assistência da TVCâmara, queria agradecer a presença do meu amigo Alexandre Pitolli, da AuriVerde Brasil, que veio direto de Bauru para nos prestigiar no dia de hoje. Obrigado, Pitolli. Era 1964, João Goulart presidia o País desde 1961, após renúncia de Jânio Quadros. O Brasil vivia uma crescente instabilidade política e econômica, reformas inconstitucionais, alinhamento com regimes comunistas e a ameaça à democracia acenderam um alerta na população. O País não aceitaria se tornar uma nova Cuba. No dia 19 de março,

meio milhão de brasileiros tomaram as ruas de São Paulo na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Eram homens e mulheres de coragem que levantaram faixas com mensagens claras: O Brasil não será uma nova Cuba, queremos governo cristão, e verde-amarelo, sem foice nem martelo! Foi uma resposta legítima ao avanço do comunismo, à preservação da democracia e dos valores cristãos. Considerado um marco na história e um dos principais eventos que precedeu a deposição do então presidente João Goulart, a marcha também simbolizou o apoio de grande parte da população às Forças Armadas, que lutavam para não deixar que o Brasil caísse nas garras do comunismo, seguindo o mesmo destino trágico de outras nações da América Latina. Basta olhar para a Venezuela e Cuba para entender os efeitos devastadores do socialismo: miséria, censura, perseguição e medo. Seguimos, então, para o histórico dia 31 de março de 1964, dia em que o Brasil escolheu a liberdade. O general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, decidiu mobilizar suas tropas para depor o governo de João Goulart. Tropas começaram a se movimentar pelo País, enquanto governadores e setores da sociedade se manifestaram em apoio à intervenção militar. Entre os apoiadores estavam grande parte da imprensa brasileira, bem como Roberto Marinho, que, em um texto publicado em 1984, admitia o apoio à intervenção militar: “Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”. Agora, peço que acompanhem este vídeo do presidente Jair Bolsonaro.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): O povo, já cansado da insegurança e das ameaças ao futuro da Nação, via nas Forças Armadas a única solução para impedir o avanço comunista no Brasil. Dessa forma, na madrugada do dia 2 de abril, a sessão do Congresso Nacional declarou a vacância do cargo ocupado pelo então presidente João Goulart. Poucos dias depois, general

Humberto Castelo Branco foi eleito Presidente do Brasil, e Jango acabou deposto e exilado. Durante o governo militar, o Brasil prosperou de uma forma jamais vista, se desenvolveu economicamente e ficou marcado pelo milagre econômico, um período de crescimento acelerado do Produto Interno Bruto. Um exemplo foi a construção da usina binacional de Itaipu, projetada e construída entre 1970 e 1982, durante os governos militares. Assim como em 1964, vivemos hoje um período de grande instabilidade. O País assiste a um cenário de perseguição política, decadência econômica, censura e tentativas de escrever a história para impor uma narrativa única e completamente mentirosa. Vemos o presidente Jair Bolsonaro, um líder legítimo, sendo alvo de um sistema que tenta criminalizar a direita e silenciar a oposição. Da mesma forma que, em 1964, tentaram calar aqueles que resistiram ao comunismo, hoje tentaram calar os patriotas que defendem a liberdade, a família e os valores cristãos. Os brasileiros que saíram às ruas no dia 8 de janeiro de 2023 em manifesto contra o sistema que ignora a vontade popular foram presos arbitrariamente, tratados como criminosos e mantidos em condições desumanas. Dois anos depois, a luta pela anistia dessas pessoas se torna uma nova marcha da família com Deus e pela liberdade. A perseguição política que hoje se impõe no Brasil é a mesma que vemos em regimes autoritários. Hoje, adversários são silenciados, e a verdade é sufocada. Escolhemos o dia 31 de março para realizar a reunião de instalação da nossa Frente Parlamentar dos Veteranos e Oficiais R2 do Exército. Uma vitória para todos que serviram à Pátria e continuam a lutar pelo Brasil. Convido a todos para assistir o vídeo institucional da nossa frente parlamentar.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Os militares, veteranos e oficiais R2 têm um papel fundamental na preservação dos valores, na defesa da soberania e no combate às ameaças internas e externas. Essa frente parlamentar representa o reconhecimento e o fortalecimento daqueles que dedicaram suas vidas à Pátria. A Frepav, uma iniciativa inédita em Porto Alegre,

tem o propósito de valorizar os veteranos militares e reconhecer o legado dos profissionais das Forças Armadas. Mas essa frente vai muito além de uma homenagem, representa um espaço estratégico para a construção de políticas públicas, contando com a experiência, disciplina e conhecimento daqueles que já serviram à Pátria e que podem contribuir para o desenvolvimento de Porto Alegre. Áreas fundamentais como segurança pública, educação, esporte, desenvolvimento econômico, cultura, voluntariado, bem-estar social e políticas para a população 60+ passarão a contar com o olhar técnico e o conhecimento acumulado pelos veteranos militares. Com experiência em liderança, disciplina, estratégia e combate ao crime, esses homens e mulheres têm muito a contribuir para a nossa cidade. Queremos uma Porto Alegre mais segura e estruturada, com políticas públicas efetivas, baseadas na experiência daqueles que já arriscaram suas próprias vidas para defender o nosso País. Se, em 1964, o Brasil escolheu a liberdade, hoje temos o dever de continuar essa luta. O que estamos vivendo hoje é uma ditadura velada, uma tirania disfarçada de democracia. Querem controlar a imprensa, desarmar a população, reescrever nossa história, destruir nossas famílias e apagar nossos valores cristãos, mas nós não vamos permitir. Hoje, nossa luta é ainda maior. Precisamos nos unir para garantir a liberdade e a soberania nacional. Se há 61 anos, meio milhão de brasileiros foram às ruas para impedir que o comunismo arruinasse o nosso País, hoje não será diferente. É por isso que todos os patriotas estão convocados para participar do grande ato em defesa do nosso Brasil, da nossa liberdade e da anistia aos nossos irmãos e irmãs presos políticos do 8 de janeiro de 2023, que está marcado para acontecer no próximo dia 6 de abril, domingo, às 14h, na Av. Paulista, em São Paulo. O que precisamos é da união e da presença de todos. Vamos mostrar ao Brasil e ao mundo que não aceitaremos mais abusos e ataques contra a liberdade. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos! Pra cima deles!

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Questão de ordem,
Ver.^a Mariana?

Vereadora Mariana Lescano (PP): Presidente, só para parabenizar o vereador pelo Grande Expediente, porque 31 de março é uma data muito importante, onde, aqui no Brasil, nós nos livramos do comunismo, e eu fico me perguntando como é que tem gente aqui, inclusive vereadores, que são do Partido Comunista, que estão incomodados com o 31 de março, sendo que o comunismo foi o maior mal do mundo inteiro, Mao Tsé-Tung, Stalin...

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver.^a Mariana.

Vereadora Mariana Lescano (PP): ...mataram mais do que qualquer ditadura.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver.^a Mariana.

Vereadora Mariana Lescano (PP): Não, mas tem que falar, vereador, porque, assim...

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Mas não na Questão de Ordem, vereadora.

Vereadora Mariana Lescano (PP): Não, Presidente, mas eu queria colocar a questão de ordem para reestabelecer a verdade e deixar muito claro que a Revolução de 64, do dia 31 de março, livrou o Brasil do comunismo. E o Ver. Ustra trouxe isso muito bem, porque esta Casa é uma Casa que busca pela verdade. Parabéns, vereador!

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver. Erick Dêníl.

Vereador Erick Dêníl (PCdoB): Olha, gente, o que o Ver. Ustra traz aqui é um crime. Golpe de Estado, tortura, perseguição, abafar e acabar com a

democracia brasileira é um crime. É uma fala infeliz, envergonha a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Envergonha, isso é uma vergonha. O que o Ustra cometeu aqui foi um crime. Apologia à tortura. Apologia à ditadura. E nós não vamos aceitar. Prisão aos golpistas.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Só um pouquinho. Ver. Jessé, a Ver.^a Mariana também não fez Questão de Ordem.

Vereador Erick Dênil (PCdoB): Da mesma forma que a vereadora pôde falar, eu estou aqui expressando minha opinião. E nós sabemos que a ditadura militar jamais permitiria um ambiente parlamentar de debate. Então, a fala do vereador é infeliz, é uma fala criminosa. E nós não vamos aceitar. Prisão para os golpistas e sem anistia.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Por favor, vereador. Está registrado. Gente, eu peço, só um momento, só um momento. Eu peço, por favor, que as Excelências leiam o Regimento. Microfone de apartes, Questão de Ordem. Vocês têm o tempo da liderança, vocês podem subir à tribuna e falar cinco minutos. Se coloquem no lugar deste colega, porque um dia V. Exas. estarão aqui. Por favor, desculpa, Ver. Mauro Pinheiro.

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Presidente, Ver. Moisés, preside esta sessão. Quero vir aqui fazer um pedido à Vossa Excelência.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Vou fazer essa consideração. Desculpa, Ver. Mauro.

Vereador Mauro Pinheiro (PP) (Requerimento): Ver. Moisés, que preside esta sessão. Na semana passada, na quarta-feira, eu fiz uma fala da tribuna falando sobre a política, política nacional, sobre várias questões políticas. E a vereadora do PT, a Ver.^a Natasha, utilizou um tempo após a minha pronúncia

e fez um ataque pessoal a minha pessoa. Em nenhum minuto, eu citei nenhum vereador, não ataquei nenhum vereador. E a vereadora atacou a minha honra por diversas vezes na tribuna. Então, aqui estou juntando as notas taquigráficas da minha fala, da Ver.^a Natasha e estou pedindo a V. Exa., conforme o art. 94, § 1º, alínea f do Regimento (Lê.): “tempo especial de, no máximo, cinco minutos, para manifestação de Vereador, quando atingido em sua honorabilidade ou em casos excepcionais de interesse da comunidade, a critério do Presidente ou de membro da Mesa que esteja presidindo os trabalhos”. Então, peço ao senhor, quero tempo de resposta, quero que o senhor analise e considere o meu pedido.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Vossa Excelência faz um encaminhamento, só me dê um minutinho para consultar a DL sobre o enquadramento do art. 94.

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Vou lhe entregar aqui o artigo, a minha fala da tribuna e a fala da Ver.^a Natasha.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Só um minutinho, Ver. Giovani. (Pausa.) Vereador Mauro Pinheiro, enquanto o diretor legislativo faz a consulta, a gente já lhe responde, a tempo de V. Exa., se for assim o entendimento, fazer o uso da palavra. Por favor, Ver. Giovani Culau.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, é público o ódio e o nojo que eu tenho com a ditadura, com os seus horrores. Por consequência, nojo profundo de quem ocupa um espaço conquistado pela democracia para defender os horrores da ditadura e, em razão disso, peço ao senhor, como presidente, que nós observemos o art. 193 do nosso Regimento e que, por consequência, nós declaremos uma advertência, uma vedação aos trechos em que o vereador que ocupou a tribuna em Grande Expediente praticou um crime ao apoiar os crimes que a ditadura promoveu.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Vereador Giovani Culau, V. Exa. nos encaminhe, por favor, à Mesa, por escrito, porque, da mesma forma, vamos fazer o encaminhamento à Diretoria Legislativa para verificar a procedência ou não dessa questão de ordem. Peço e quero fazer aqui uma consideração ao Coronel Ustra, que fez seu pronunciamento em Grande Expediente e que cedeu três minutos do seu tempo para um aparte à Ver.^a Mariana Lescano, em que este Presidente não verificou no momento da sua fala que era um... Peço-lhe desculpas, Ver. Mariana, porque era um aparte. Por favor, Ver.^a Natasha.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Questão de ordem, Presidente, quero aqui também, me somando às falas do Erick, do Ver. Giovani Culau, dizer nós, do PT, vamos entrar no Ministério Público Federal, porque a fala deste vereador aqui no Grande Expediente, ela é criminosa, apologia ao golpe de 1964 é crime na Constituição, não vai passar impune. Nós...

(Aparte antirregimental.)

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Peraí, Presidente?

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado...

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Não, só um pouquinho.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Estou ouvindo, estou ouvindo. Por favor.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Peço que ela fique no seu devido lugar aqui.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Por favor, conclua.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Presidente, quero dizer que nós, do PT, processamos o prefeito no dia da posse e vamos processar todas aquelas e aqueles que tenham qualquer vínculo com a ditadura militar. Sem anistia e cadeia para os golpistas.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Gente, eu quero fazer uma consideração da presidência da Mesa Diretora. Semana passada ou retrasada, a Ver.^a Atena estava na tribuna, e alguns pediram para que este Presidente interrompesse o tempo de fala, porque estavam os espíritos exaltados aqui, e a presidência tem que manter o tempo de fala de todos os vereadores, sejam eles da esquerda, sejam eles da direita, sejam eles do centro, sejam eles quais forem. A população colocou os vereadores aqui, e nós temos que assegurar o tempo de fala de todos os vereadores e vereadoras. Essa é a consideração em nome da presidência da Mesa Diretora.

Dando sequência à nossa sessão, Ver.^a Fernanda Barth, V. Exa. fará uso do Grande Expediente? (Pausa.) Claro. Ver.^a Fernanda Barth? (Pausa.)

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Barth. Atenção, Diretoria Legislativa. É isso, Fernanda? (Pausa.) Desculpa.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Exatamente, porque eu já havia trocado o meu tempo com a Ver.^a Nádia...

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Por favor, coloque o paletó, Ver. Jessé.

Vereadora Fernanda Barth (PL): E hoje quem vai fazer uso é o Ver. Jessé Sangalli.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Bem, regimentalmente é permitido que o vereador inscrito em Grande Expediente possa fazer a troca com outro parlamentar. Estou aqui explicando aos telespectadores da TVCâmara e a todo mundo que nos visita. Após o Grande Expediente, o Ver. Giovanni Culau se inscreve em tempo de liderança, é isso? (Pausa.) E a Ver.^a Mariana Lescano em tempo de liderança.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos, embora a data seja simbólica, e a gente tenha que falar também sobre tudo o que está acontecendo no Brasil logo após a manifestação flopada da esquerda que nós tivemos lá na cidade de São Paulo. Eu queria aproveitar, que não é sempre que nós temos 15 minutos para falar, para trazer alguma satisfação aos eleitores que acompanham o meu trabalho sobre o que eu tenho desenvolvido, ao longo desses anos, na área de mobilidade, sobre os projetos que são importantes para a Porto Alegre, que já estão em andamento e que precisa que a população tenha a ciência do que a gente está fazendo. Vocês devem ter observado que, desde novembro, eu estou cobrando de maneira mais intensa a abertura do acesso pela Av. Alberto Bins, para chegar, saindo do túnel da Conceição, na Av. Farrapos. E é ridículo que a EPTC até agora não tenha feito, porque bastaria fazer a sincronização do semáforo e retirar aquelas tartarugas que nós temos na Av. Alberto Bins. Em novembro, ele foi prometido; em dezembro, nós tínhamos a saída de Natal, foi prometido também e não foi feito. Depois, em janeiro, não foi feito. Em fevereiro, não foi feito, e março também não foi feito, saída de Carnaval. Eu falei que hoje, no último dia de março, eu faria uma manifestação criticando a EPTC por não ter aberto ainda aquele acesso ali para Av. Farrapos, que vai facilitar a saída de quem está indo em direção à rodoviária, sem precisar passar por aquele congestionamento que nós temos. E hoje, de manhã, o secretário Adão mandou uma mensagem mencionando que está na programação fazer aquela abertura. Então, eu queria aqui deixar registrado que o secretário, no *deadline*, como se fosse, entrou em contato comigo e falou que a princípio, semana que vem, vai fazer a apresentação para a Câmara sobre

como é que vai ser a intervenção na saída do túnel da Conceição, acessando a Av. Farrapos pela Av. Alberto Bins. Então só para trazer para vocês que essa foi a posição da EPTC recentemente sobre o tema.

Não podemos esquecer também daquela intervenção da deputada Any Ortiz e minha, no sentido inverso, quem está saindo do túnel da Conceição, indo em direção à Zona Sul ou à Zona Leste, fazendo uma pista alternativa àquela confluência que nós temos do túnel da Conceição e do Colégio Rosário, que hoje para tudo e acaba atrasando, tanto a saída de quem está saindo do Centro de Porto Alegre, como quem está descendo o túnel da Conceição, ali pelo Colégio Rosário – eu destinei a emenda para fazer o projeto executivo, e a deputada destinou a emenda para fazer a execução. Hoje se encontra já licitado o projeto; a secretaria de Mobilidade, através do André Flores, já contratou, dentro de seis meses do contrato, que já deve ter passado uns três meses, vai ser feita a entrega do projeto e, como a deputada confirmou já os recursos, a Prefeitura já confirmou a execução daquela intervenção, que tem como objetivo reduzir o congestionamento de quem sai do Centro de Porto Alegre todos os dias, acessando ou a Av. Osvaldo Aranha ou a Rua Sarmiento Leite.

Não podemos esquecer daquela intervenção para resolver o problema do nó da Av. Antônio de Carvalho, porque hoje quem está vindo da Av. Bento Gonçalves em direção a Porto Alegre acaba tendo um grande congestionamento todas as manhãs, porque, quando sai da Av. Bento Gonçalves e acessa a Av. Ipiranga, tem ali um grande cotovelo que limita a velocidade do escoamento dos veículos, que normalmente acaba não sendo tão problemático, mas nos horários de pico de quem está vindo de manhã, isso acaba gerando reflexos no trânsito, que se estende até a 32, às vezes até o Parque Sant’Hilaire, na cidade de Viamão, ou mesmo subindo ali a Lomba do Pinheiro, o que é um grande transtorno na mobilidade de quem vem à cidade de Porto Alegre. Para resolver esse problema, eu também destinei emendas impositivas para fazer o projeto executivo de duas pontes, como eu já havia explicado em outra oportunidade, uma, na questão da Rua Atílio Bilibio, que é, para quem está entrando ali pela Av. Ipiranga, quando está chegando na Av.

Antônio de Carvalho, quer pegar a esquerda, para conseguir sair direto para a Av. Protásio Alves; e uma segunda ponte, de quem está vindo pela Av. Bento Gonçalves, acessando a Av. Ipiranga sem fazer aquele grande cotovelo que nós temos ali perto do Lar do Santo Antônio dos Excepcionais. Então, essa solução de mobilidade, com duas pontes, uma na Rua Atílio Bilibio e uma outra em diagonal, da Avenida Gonçalves/Av. Ipiranga, vai resolver o problema do nó da Av. Antônio de Carvalho com a Av. Bento Gonçalves e Av. Ipiranga, para o qual eu já destinei emenda para fazer o projeto, a Secretaria de Obras já licitou os projetos, um projeto vai ser entregue agora, nos próximos três meses, já foi inclusive anunciado pela Prefeitura, e outro projeto ainda se encontra em processo de licitação. O prefeito Melo se comprometeu, em campanha, a fazer aquela ponte da Rua Atílio Bilibio, se não me engano vai custar cerca de R\$ 3 milhões, já está previsto no orçamento do Município, e eu estou buscando deputados federais para conseguir o financiamento para fazer a segunda ponte, de modo a permitir que o pessoal que vem da Av. Bento Gonçalves e quiser entrar na Av. Ipiranga não precise fazer o congestionamento, que sofre todos os dias, vindo em direção a Porto Alegre. Outras obras bastante importantes para as quais a gente está destinando recursos através das emendas impositivas são a questão ali da descida da Av. Oscar Pereira – quem desce a Av. Oscar Pereira todos os dias sabe do grande congestionamento que nós temos ali, na Rua da Gruta, na saída de quem está passando pelo Hospital Divina Providência. Ali eu, durante a campanha, entreguei bastante panfleto, consegui constatar o sofrimento daqueles moradores e motoristas que acabam perdendo horas, descendo ali a Av. Oscar Pereira, por conta dessa questão do semáforo, da Rua da Gruta, e destinei R\$ 200 mil das minhas emendas impositivas para conseguir fazer uma terceira pista ali e também colocar um semáforo para permitir a automatização da faixa reversível. Vocês devem ter observado que na Zona Sul de Porto Alegre nós temos algumas ruas que têm a faixa reversível automatizada, com semáforo em cima, que, de vez em quando vem ali a EPTC e coloca somente um cone para deixar mais claro que é feita a faixa reversível. Esse mesmo sistema, que já tem ali uma faixa reversível, mas ela acaba sendo

bastante problemática, porque acaba tendo que todo dia vir o pessoal da EPTC para colocar vários cones, vai ser automatizado. Então, essa é uma forma que eu encontrei de ajudar o pessoal que vem ali da Restinga, pela Av. Oscar Pereira, resolver o problema do congestionamento de quem está descendo no sentido bairro/centro, todas as manhãs, com a automatização da faixa reversível da Av. Oscar Pereira. Uma outra intervenção também que eu destinei emenda impositiva é para resolver o nó da Av. Castelo Branco. Todos os dias nós observamos um grande congestionamento de quem está saindo pelo Centro de Porto Alegre, pegando a Av. Castelo Branco, indo em direção a Cachoeirinha, Alvorada, Gravataí, Canoas, porque pega aquele trecho da Av. Castelo Branco, entre a rodoviária e a ponte de Guaíba. O que acontece? Aquele trecho da Av. Castelo Branco acaba afunilando um grande número de veículos, tanto de quem está descendo o túnel da Conceição, quanto de quem está saindo do centro, quanto de quem está indo pela Rua Ramiro Barcelos, e a limitação de escoamento de veículos naquele trecho da Av. Castelo Branco acaba gerando reflexos que impactam no Centro de Porto Alegre, no túnel da Conceição, na Rua Ramiro Barcelos, prejudicando todo o trânsito do Centro. Então, para resolver esse problema, eu solicitei o Estudo de Viabilidade da EPTC, e deixei mais de R\$ 200 mil das emendas impositivas que eu tenho direito para fazer duas grandes intervenções ali, uma, melhorando o acesso de quem passa por baixo da Av. Castelo Branco, no 4º Distrito, de modo a permitir que tenha mais fluidez dos veículos, e uma outra intervenção, também, melhorando a derivação de quem está saindo da Av. Castelo Branco e entrando na Rua Voluntários da Pátria, chegando na Sertório, porque aquele semáforo que nós temos hoje na Av. Sertório com a Av. Castelo Branco acaba gerando uma fila de veículos que se projetam sobre a Av. Castelo Branco, o que acaba limitando a saída das pessoas que querem ir, por exemplo, para Canoas, para BR-448, em direção à Alvorada, Gravataí e Cachoeirinha. Então, são algumas soluções de mobilidade que o meu mandato já colocou no papel, já entregou a emenda, já estão em processo de licitação, que, somados, visam a tentar diminuir o tempo que vocês

perdem indo para casa todos os dias com o seu carro, com o transporte coletivo, porque o trânsito afeta a todos, independente da sua ideologia.

Uma outra solicitação que eu fiz, aí na semana passada, para a Prefeitura, é que eu tive a oportunidade, ainda no primeiro ano de mandato, de ter destinado emendas para fazer a demarcação da ciclovia da Av. Bento Gonçalves; entretanto, a ciclovia da Av. Bento Gonçalves, que custou R\$ 1,2 milhão para fazer a colocação, um valor absurdo, parte da contrapartida da Havan, acabou sendo subutilizada, e, recentemente, a Prefeitura, no sistema de renovação asfáltica da cidade de Porto Alegre, retirou parte da ciclovia entre o pórtico de Viamão e o acesso à descida da Lomba do Pinheiro. E uma grande demanda que nós temos observado ao longo dos últimos anos é a necessidade de compatibilizar, além do transporte privado, além do transporte coletivo, também a segurança dos motociclistas, porque hoje o que está acontecendo é que a maior parte das mortes que nós temos em Porto Alegre são de motociclistas, muitos deles motobóis, e uma forma de diminuir, já comprovado cientificamente com dados, por exemplo, de São Paulo e de muitas outras cidades, é a demarcação de corredores exclusivos para motos. E a Prefeitura já demonstrou interesse em fazer isso, por exemplo, na saída de quem está indo em direção à FIERGS, aqui pela Av. Assis Brasil, porém, onde nós temos muitos acidentes, e agora está sendo renovada a questão do asfaltamento, era a Av. Bento Gonçalves; então, eu solicitei à Prefeitura que na renovação da demarcação faça um teste, pelo menos, aqui no acesso à Av. Bento Gonçalves, na demarcação de acesso para motos, de faixa exclusiva de motos. É óbvio que isso vai impactar no quanto se reserva espaço para ônibus e no quanto se reserva espaço para motos, mas sabendo que, em Porto Alegre, o maior número de mortes que nós temos no trânsito é de pessoas que se deslocam por motocicletas, eu acredito que faz sentido nós fazermos esse experimento.

Eu queria aqui fazer um anúncio, já convidei o Ver. Giovane Byl, espero que isso não acabe influenciando a CUTHAB, mas eu pretendo abrir uma comissão especial ou uma frente parlamentar – já tenho apoio do Ver. Giovane Byl –, e quem quiser se somar vai ser muito bem-vindo, uma comissão especial

para a gente falar sobre mobilidade aqui na cidade. Essa responsabilidade deveria ser da CUTHAB, que hoje é bem presidida pela Ver.^a Karen Santos. O problema é que a CUTHAB tem que tratar de vários assuntos – urbanismo, transporte, habitação – e, muitas vezes, acaba se preocupando sobre a questão da habitação, e em maior atenção, com mais tempo dedicado, a questões fundiárias, que são importantes para a cidade. Então eu gostaria de fazer uma comissão especial ou um grupo de trabalho para que a gente possa discutir filosoficamente o trânsito da cidade. De que forma? Hoje não existe, pasmem vocês, um grupo de pessoas que sentem em uma mesa e filosofem sobre o trânsito de Porto Alegre. Não existe um grupo da Câmara de Vereadores, e não existe na Prefeitura de Porto Alegre, um grupo de pessoas que se sentem em uma reunião e falem: galera, hoje vamos discutir como é que vamos resolver o problema do gargalo da rodoviária. Tem, obviamente, técnicos e engenheiros, mas não tem um grupo multidisciplinar para falar sobre isso. Isso seria importante que tivesse, para ouvir, tanto os anseios da Câmara de Vereadores, quanto da população, quanto dos técnicos, para tentar conciliar isso tudo. E a falta de um ambiente adequado para se discutir filosoficamente o trânsito da cidade acaba ficando que ninguém pensa de maneira sistemática o trânsito de Porto Alegre. Então, eu quero colocar como proposta, e estou convidando os colegas vereadores que quiserem se somar, uma frente parlamentar, uma comissão especial que a gente possa, a cada 15 dias, se reunir, convidar, eventualmente, técnicos, pessoas que trabalham com aplicativos, pessoas que trabalham no transporte público, para conversar sobre os problemas da cidade, de maneira informal e tentar encontrar soluções. Eu tenho certeza de que a EPTC quer buscar soluções, a mobilidade quer buscar soluções, mas é a Câmara que faz a escuta da população. A gente quer, através desse sistema, encontrar uma forma de ouvir a população e compatibilizar soluções e anseios, através do Parlamento, buscando o acesso ao Poder Executivo. Então, quem quiser se somar vai ser muito bem-vindo, tenho certeza que vai ser uma solução importante para a nossa cidade. E quem quiser ser membro, pode me procurar,

que a gente vai tentar fazer o mais democrático possível essa comissão especial, ou esse grupo de trabalho. Obrigado, tamo junto.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Jessé. A Ver.^a Mariana Lescano está com a palavra para uma Comunicação de Líder. (Pausa.)

Para mim, tanto faz, Ver. Tiago. O Ver. Giovani Culau também está inscrito. Queria saudar a presença no plenário do deputado estadual Matheus Gomes, nosso ex-colega, que está aqui para prestigiar esse dia simbólico.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): “Passei por diversos tipos de torturas. Tinha choque elétrico na vagina, no seio, na boca, no ouvido. Tinha palmatória, uma madeira toda furada, de maneira que a pele vai soltando. Fui espancada por vários homens, além dele. Normalmente ficavam cinco a oito homens fazendo essas agressões. Além de espancamento, colocavam arma na cabeça, dizendo que poderiam estourar meus miolos a qualquer momento. Naquela primeira noite, eu fui estuprada por um deles. Ustra dava ordens e algumas vezes também torturava, quando não achava que os subordinados estavam sendo violentos o suficiente. Fazia isso, gritando palavrões. Um dia, Ustra foi buscar em minha casa meus dois filhos, Edson, de quatro anos, e Janaína, de cinco anos, além de minha irmã, grávida de oito meses. Ele espancou a minha irmã e teve a desfaçatez de levar meus filhos para dentro de uma sala onde eu estava sendo torturada, nua, vomitada, evacuada. Minha filha me olhou e perguntou: ‘Mãe, por que você ficou azul?’ Eu estava toda roxa pelos hematomas. Fiquei ali de 28 de dezembro a 14 de fevereiro.” O que eu li aqui foi o depoimento de uma camarada do PCdoB, Maria Amélia Teles, torturada sob o comando de Ustra, durante a ditadura militar, depoimento prestado exatamente no processo judicial que levou à condenação de Ustra, primeiro militar condenado na história deste País pelos horrores da ditadura,

apesar de não ter sofrido punição alguma em razão da Lei da Anistia. Eu não considero, colegas, que nós possamos seguir o nosso trabalho com normalidade, naturalidade, como se esta sessão tivesse iniciado com uma fala comum. Não se pode naturalizar a fala feita pelo vereador do PL nesta tribuna. Não houve revolução em 1964, houve um golpe que matou, torturou, cassou mandatos parlamentares, inclusive nesta cidade, que fizeram, como inúmeras vezes disse desta tribuna, com que os vereadores que aqui não podiam mais falar, fossem falar onde hoje chamamos de Esquina Democrática. Não podemos aceitar, Ver. Cecchim, do MDB, a falsificação histórica. Não havia ameaça comunista alguma! Jango era um político do PTB, não era comunista, sequer era do Partido Comunista deste País, a menos que pensemos que a ameaça comunista seja a reforma agrária, reforma fiscal. A fala do vereador do PL revela o que de fato é o núcleo que fundamenta o bolsonarismo neste País, são os horrores que aqui, direta e indiretamente, ele defendeu. Revela também o conteúdo de classe ao considerar ameaça comunista reformas democráticas e de caráter popular. Mas, Ver.^a Grazi, que me escuta com muita atenção, o que mais me preocupa na manifestação nojenta e horrorosa que ouvimos aqui é que tenha se dito que a luta deles deve continuar. Essa é a maior demonstração de que nós não podemos aceitar anistia, porque a verdade é que, até hoje, este País não acertou as contas com o seu passado e permite que um vereador, eleito em uma eleição que só é possível porque a ditadura foi derrotada, venha aqui agora defender a tortura, a ditadura e os seus horrores! (Mostra cartaz.) Ditadura nunca mais! Prisão para os golpistas do passado e do presente e a quem me vaia, engula as suas vaia, porque Bolsonaro é réu, e eu quero é que vocês vão tudo é para a cadeia mesmo!

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Giovani Culau. Vamos dar sequência a nossa sessão. Todo o vereador tem direito de se manifestar. Peço atenção! Calma colegas, calma colega. Vadacir, muito obrigado. Obrigado, obrigado.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Gente... Gente, vamos retomar os nossos trabalhos. Vamos lá, vivemos num País livre e democrático. As manifestações... Vamos dar sequência, temos um pedido do Ver. Mauro Pinheiro que será acolhido. As notas taquigráficas estão à disposição. Segundo o art. 94, V. Exa. tem o direito de fazer uso da palavra, Ver. Mauro Pinheiro, durante cinco minutos. *A posteriori* temos inscritos ainda vereadores em tempo de liderança.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Tempo Especial, nos termos do art. 94, § 1º, alínea f do Regimento.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Moisés, presidindo esta sessão, demais vereadores, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara; eu venho aqui, fiz o pedido de resposta para a vereadora do PT, que eu não vou nem citar o nome, porque não costumo atacar vereadores; eu acho, inclusive, um desrespeito da vereadora. Sou um vereador de cinco mandatos, Ver. Moisés. Estou aqui no meu quinto mandato, há 16 anos, vereadores. Cometi, sim, alguns erros na minha vida, e um deles foi começar a política no PT. (Palmas.) Digo mais: todos nós erramos em algum momento, e muitos brasileiros, assim como eu, foram enganados por esse partido que se dizia um partido de trabalhadores que lutaria contra a corrupção. E hoje eu não tenho dúvida de que é o partido que mais cometeu corrupção no Brasil e talvez no mundo. Eu, vereadora, tive a coragem, porque é muito difícil trocar de partido, mas eu não tive dúvida. Quando não me representava, e eu enxerguei, eu evoluí, e saí. E estou num partido, hoje, muito feliz, que é o PP – Partido Progressistas, um partido de direita e que me representa. A vereadora talvez tenha me atacado, porque quer algum holofote, porque está chegando agora, está no seu primeiro mandato. A senhora, em primeiro lugar, tem que aprender a respeitar a história dos vereadores que já estão aqui nesta Casa, que já tiveram voto de milhares de pessoas por mais de uma vez e que estão aqui construindo uma história e

trabalhando por Porto Alegre. A senhora poderia, antes de falar, dar uma pesquisadinha na minha história. A senhora diz que o vereador está aqui pedindo cargos de CC para o PT. Primeiro, que o PT nem tem cargo, porque o povo de Porto Alegre não vota mais no PT. (Palmas.) Segundo, a vereadora deveria dar uma olhadinha na história: fui presidente desta Casa por duas vezes, vereadora, fui escolhido pelos meus colegas, com muita honra, muita dedicação, trabalhei nesta Casa. Presidi CPI, duas CPIs que tiveram resultados. Não CPI só por fazer CPI, buscamos o resultado. Trabalhei no Plano Diretor de Porto Alegre, apresentei vários projetos de lei nesta Casa. Não vou ficar aqui nominando tudo o que fiz. A senhora pode pesquisar antes de me atacar, ver a minha história. Tenho um projeto que sou autor, junto com alguns vereadores aqui que são coautores – não vou citar o nome, posso esquecer de algum –, que transformou os viadutos de Porto Alegre, liberou para que os empreendedores ocupassem esse espaço. Ver. Ramiro, Ver.^a Fernanda, Ver.^a Nádia, os vereadores, na sua grande maioria, votaram favoráveis. Uma ideia nossa, com muito orgulho. Tenho projetos na área da educação infantil; tenho projetos na área do esporte. Tenho trabalhado incansavelmente, e a população tem reconhecido, porque continuo aqui, vereador eleito, mesmo trocando de um partido que não me representava mais. Então, vereadora, não vou nem citar o seu nome, porque talvez seja isso que a senhora queira. A senhora aprenda a respeitar, não só a mim, a respeitar o Parlamento da capital dos gaúchos, onde tem vereadores que são comprometidos, não com o seu partido político ou simplesmente com o seu sindicato, mas comprometidos com a cidade de Porto Alegre. Nós estamos aqui para trabalhar e melhorar a vida das pessoas. É isso, por isso estou aqui, nesta tribuna, neste plenário. Enquanto eu tiver vontade, experiência e o voto das pessoas, continuarei aqui trabalhando por uma cidade justa. A senhora pergunta e a senhora diz quem é o meu Presidente da República. Infelizmente, o Presidente da República que hoje governa o meu país é o Lula, mas meu voto foi em Jair Bolsonaro – infelizmente perdemos a eleição. Com muita honra, votei em Jair Bolsonaro, mas infelizmente perdemos a eleição, até não sei como, porque hoje tenho certeza que não perderíamos a eleição, porque o povo, assim

como eu aprendi e vi o quanto o PT faz mal para a sociedade, principalmente para aqueles que eles mais dizem que defendem, os pobres... A senhora me atacou porque eu disse que o PT está trabalhando para os banqueiros, o Lula e a Gleisi Hoffmann, ao invés de trabalhar para os pobres. Eu, sim, trabalho pelo bem da cidade, pelo empreendedorismo e por uma cidade com qualidade de vida. Muito obrigado e tenha mais respeito aos vereadores.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Mauro, cumprido o direito de resposta concedido, segundo o art. 94. Temos inscritos em liderança: a Ver.^a Mariana Lescano, a Ver.^a Natasha, o Ver. Pedro Ruas e também o Ver. Jonas Reis. Mais uma vez, solicito, para o tempo que nós vamos ter aqui de inscrição em comunicações de líder, vereadores... Agora, ainda no momento do tempo de comunicações de líder, que a Ver.^a Atena, pelo dia simbólico da visibilidade internacional, da visibilidade trans, presida aqui a sessão, enquanto os colegas são chamados para fazer o uso de tempo de comunicação de líder.

(A Ver.^a Atena Roveda reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): A Ver.^a Mariana Lescano está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde à nossa Câmara de Vereadores, a quem está nas galerias e a quem está nos assistindo pela TVCâmara. Bom, então eu venho aqui, mais uma vez, usar a nossa tribuna para restabelecer a verdade e mostrar o que é o 31 de março de 1964. Eu trago alguns recortes de jornais da época, e são recortes antigos, mas que mostram “fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo”. Está aqui (Mostra documento.), e a quantidade de pessoas nas ruas. Depois, temos “Marcha da Família durou quatro horas”, e a quantidade de pessoas nas ruas. (Mostra documento.) “A Revolução Democrática precedeu de um mês a

Revolução Comunista. O Brasil foi suas esperanças na coesão das Forças Armadas.” (Mostra documento.) “Foi assim que o povo conseguiu, em 1964, pedindo o regime militar.” (Mostra documento.) O que eu quero falar com isso? Quando a gente fala sobre o regime militar que aconteceu aqui no Brasil, nós temos que lembrar que foi um pedido do povo brasileiro, que não queria que o comunismo se instaurasse aqui no Brasil. E quando alguns parlamentares vêm aqui dizer “nós não defendemos a ditadura, nós não queremos a tortura”, concordamos com isso. Eu não quero um regime totalitário, eu não quero uma ditadura e eu não defendo a tortura. E é por isso que eu sou fortemente contra o comunismo, que é um regime que matou milhões de pessoas pelo mundo. Nós temos como exemplo o Holodomor; nós temos a época de Stalin; nós temos Mao Tsé-Tung; nós temos Fidel; nós temos nosso querido parceiro da Venezuela, Maduro, que continua cometendo atrocidades com o seu povo. Então, quando nós falamos em totalitarismo, em ditadura, nós temos que lembrar que o comunismo é o maior exemplo do que é o horror que isso pode causar às pessoas. E, por mim, existiria a proibição de ter um Partido Comunista no Brasil. Além disso, os comunistas têm como seu líder o Carlos Marighella. Quem foi Carlos Marighella? Ah, foi quem fez o Manual do Guerrilheiro Urbano, onde ele defendia como matar policiais, onde ele ensinava como colocar bombas em locais públicos, onde ele ensinava como roubar bancos, como sequestrar autoridades – como diplomatas que foram sequestrados durante o regime militar aqui no Brasil. Hoje, nós vivemos, infelizmente, um regime totalitário aqui no Brasil. Se tu pedires voto impresso, ato antidemocrático; se tu criticares a Suprema Corte, atentado à democracia; se tu protestares contra o governo, golpe de Estado. Aliás, hoje, esses que defendem o comunismo, que defendem a corte vermelha que existe no Brasil e gritam, felizes “sem anistia” são os mesmos que receberam a anistia. Mas foi uma anistia a terroristas que, com as armas em punhos, tentaram colocar o comunismo no Brasil. Esses, sim, não mereceriam ter sido anistiados, mas os nossos 1.500 presos merecem anistia, como a Débora e tantos outros que estão inocentemente presos. Nós continuaremos, sim, a nossa luta pela anistia dos presos do 8 de janeiro.

Continuaremos, sim, a nossa luta contra o comunismo, que é um regime sanguinário, totalitário, e que matou e continua matando pessoas, porque queremos viver num País cada vez mais livre. E é por isso que o 31 de março, para nós, é tão importante, porque marca um momento na história em que o Brasil disse não ao comunismo. E que pena que hoje nós não temos homens forjados como eram os daquela época, que saíram às ruas e defenderam a liberdade e a soberania nacional. Muito obrigada.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Questão de ordem, Ver. Culau? (Pausa.)

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Questão de ordem, Presidente. Como estava em período de liderança, não tenho aparte, mas ouvi atentamente a fala da Ver.^a Mariana Lescano e a última manifestação dela, eu fiquei em dúvida se ela defende que hoje se faça um golpe de Estado, como se fez no passado. Não compreendi essa manifestação.

Vereadora Mariana Lescano (PP): Presidente, jamais defenderia um golpe de Estado, porque golpe de Estado é comunismo. O que eu defendo é uma democracia com liberdade, e o que nós não temos hoje no Brasil. Fora Lula e fora comunistas.

Vereador Erick Dênil (PCdoB): Questão de ordem, novamente eu volto a dizer, o Ustra usou a tribuna, a Lescano usou a tribuna para defender golpe de Estado. É uma vergonha a fala de vocês aqui na Câmara de Vereadores. Defender ditadura, apologia à tortura, ao ódio, isso nós não podemos aceitar na Casa Legislativa. Nós não podemos aceitar. Você deveria respeitar a democracia, tu fazes falas...

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Ver. Erick Dênil, questão de ordem, por favor.

Vereador Erick Dênil (PCdoB): ... tu fazes falas sem conhecimento, vereadora, tu fazes falas sem conhecimento, respeite a democracia, prisão para os golpistas...

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Ver. Erick Dênil, por favor, vereador.

Vereador Erick Dênil (PCdoB): Prisão para os golpistas...

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Questão de ordem, Sr. Jonas Reis, por favor.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidenta, eu acho que não é de bom tom uma vereadora eleita pela urna eletrônica vir aqui falar em voto impresso. Aliás, quero dizer para ela, isso é atentar contra o nosso regime eleitoral e o sistema. Então, tem que respeitar.

PRESIDENTE VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): Muito obrigada, Ver. Jonas.

Vereador Jonas Reis (PT): E outra, ela fique bem tranquila, que impressa vai vir a ordem de prisão do Bolsonaro logo, logo.

PRESIDENTE VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Companheiros e companheiras, hoje, aqui, por óbvio, é um dia que os espectros políticos se

encontram, mas também se confrontam. E quem sabe seja um dos melhores dias de sessão na Câmara, porque a gente vê de fato que as máscaras precisam cair. Eu apresentei o vídeo da Presidenta Dilma Rousseff – Presidenta Dilma Rousseff. Aliás, aliás, Dilma, é um símbolo daquela que venceu a tortura, a ditadura militar, os horrores dos porões que eles aqui celebram. Mas aqui os vereadores da extrema direita falam em valores cristãos. Todos eles falam sobre o cristianismo, os valores que eles dizem ser universais. E aí eu pergunto para vocês: botar rato na genitália de uma mulher é um valor cristão? Botar mulheres grávidas em pau de arara é um valor cristão? Esses são os valores que vocês pregam aqui? Torturar pessoas em troca de informação, porque eram marginais do sistema? (Vereadora faz sinal de aspas.) Não, eram revolucionários que não queriam a censura? Porque era isso, para isso que eles deram o golpe de Estado. Aliás, eles falam de revolução. Que revolução? Eles não têm nem noção do que é, porque hoje os líderes deles fogem como covardes para os Estados Unidos, nem ficam aqui para peitar a justiça. Bando de covarde. Vocês não têm nada para falar da ditadura. Vocês não têm coragem. Vocês não têm coragem para falar o que foram os horrores dos porões, o DOI-CODI da ditadura militar. Quem enfrentou a ditadura foram os vermelhos. Quem enfrentou a ditadura foram os comunistas. Foram aquelas e aqueles que lutam por liberdade. Foram aqueles e aquelas que lutam até hoje para que o povo tenha cada vez mais direitos. Enquanto aqui atacam, Ver. Giovani Culau e Ver. Erick, dizendo que o Partido Comunista não deveria existir– não deveria existir?! – isso é uma vergonha nesta Casa. Isso é uma vergonha, atacar o direito de um partido centenário de existir. E cada vez aqui é um número de mortes de comunistas que eles tiram da cabeça. Porque é o Stalin, Mao Tsé-Tung e sei lá mais quem que eles querem aqui. A grande verdade é que vocês não têm revoluções para comemorar. Vocês não têm nada para comemorar a não ser regimes de tortura, tristeza, ódio e que aumentaram a desigualdade social deste País. Vocês estão na memória do povo brasileiro como os traidores que batem continência para os Estados Unidos da América, como aqueles entreguistas que foram os quatro anos do réu Jair Bolsonaro que será preso. Será preso! Porque bandido bom é

bandido na cadeia. É isso que vai acontecer com o Bolsonaro. Porque vocês vão saber exatamente o que fizeram os quatro anos de bolsonarismo, que acabou com a economia do País, com os valores democráticos desta Nação. E nós restabelecemos esta Nação reelegendo o Presidente Lula. Queiram vocês ou não, os vermelhos sempre vão voltar. Não adianta, não adianta. A primavera sempre volta. E quero dizer a você que mostra esse livro, nobre vereador, esse seu livro mofou como a história. O seu parente que você vive dizendo que é bom não existe mais, o que existe é Dilma Rousseff, o que existe é uma mulher Presidenta. E para finalizar aqui quero dizer que bom hoje, Presidenta Atena, ter uma travesti, e se acostumem porque, nós, travestis e transexuais seremos cada vez mais presentes nesse espaço de decisão. Muito obrigada.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidenta Natasha, perdão, Presidenta Atena Roveda, eu estava ouvindo a Ver.^a Natasha; vereadoras, vereadores; público que nos dá honra; meu caro Edson Flores, companheiro de muitas lutas; estava aqui agora há pouco o ex-vereador Matheus Gomes, recebe meu abraço. Eu faria esse breve discurso amanhã, dia 1º, mas não tem sessão amanhã, então eu tenho que fazer hoje, porque o golpe de 1964 não ocorreu no dia 31, ele ocorreu no dia 1º de abril. Para não ficar marcado, Ver. Rafael Fleck, querido amigo, pelo 1º de abril, porque as tropas do general Olímpio Mourão se deslocaram lá de Minas Gerais na madrugada de 1º de abril – 1º de abril! Para não ficar marcado o 1º de abril, que nacionalmente é conhecido como o dia dos bobos, criaram o 31 de março, tanto que vou nos atos de amanhã, de amanhã, que são uma descomemoração do golpe de 1º de abril, de março de 1964. É importante descomemorar? É importante registrar o que houve? Claro que é importante, mas sem dúvida que é. Nós temos que mostrar, não apenas o que aconteceu, Julinho, nós temos que mostrar até mesmo porque os grandes generais articuladores de 1964, ao final dos 21 anos de ditadura,

estavam entregando, estavam implorando que alguém tomasse o governo, que eles pudessem gozar da anistia de 1979. Era um horror já, início dos anos 80, porque eles próprios não se suportavam. Quando houve a morte brutal, brutal, do Rubens Paiva, do Manoel Fiel Filho e do Vladimir Herzog, a do Herzog já foi em 1975, vejam bem, do Vladimir Herzog, o jornalista, no 2º Exército, foi morto por ordem do general Ednardo D'Ávila, contra a posição do Geisel, Presidente da época, e a favor da posição do Sílvio Frota. Então, já havia o confronto entre os golpistas, o que, para eles, era insuportável, eles já não se aguentavam, não poderiam mais conviver. O Sílvio Frota mandou explodir o Riocentro, a bomba explodiu no automóvel, em 1981. Então, eles não tinham mais condições de viver entre eles, de conviver. O golpe e a ditadura já caíam de podre, de podre. Em 1984, o povo do Brasil inteiro pedia as Diretas Já, não suportava mais a ditadura, não aguentava mais. E caiu de podre, caiu com assassinatos, caiu com tortura, com exílio, com prisões, caiu fazendo tudo o que a humanidade detesta, mas fez, fez! E eram organizados, eram, mas não aguentaram mais, caiu, Ver. Culau, porque eles mesmos não se suportavam mais; caiu, porque o Jimmy Carter, nos Estados Unidos – concluo –, disse que não ia apoiar mais regime ditatorial; caiu, porque eles já não existiam. E essa tentativa ridícula – ridícula! – do 8 de janeiro não tem, não tinha a menor possibilidade de vingar. Mas lembrem, principalmente as novas gerações, 1964 até 1985, a ditadura militar, que cometeu todos os crimes possíveis, caiu de podre, nunca vai voltar. Obrigado.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Obrigada, Ver. Pedro Ruas. Em tempo de liderança, pela oposição, Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Não?

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder. A senhora tem cinco minutos.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos assistem. Eu ia falar de um tema completamente diferente, mas as provocações são muitas e, às vezes, a verdade precisa ser restituída. Primavera? Só se for de sangue. Vocês comemoram cadáveres empilhados, esquerda hipócrita.

Matar embaixadores é valor cristão? Não, é prática comunista. Dilma era uma criminosa, só foi eleita porque foi anistiada, seus hipócritas! Fuzilar homossexuais é valor cristão? Não, é prática desde Che Guevara, dos comunistas, Marx e Engels odiavam gays, lésbicas. Vão estudar história, mas vão estudar história de verdade, não com esses professores militantes doutrinadores que fizeram lavagem cerebral em vocês, pobres vítimas do sistema. Batem continência para a ditadura do Foro de São Paulo, que empilha cadáveres, regimes autoritários e assassinos. Não conhecem Holodomor? Vou explicar para vocês o que foi. Um cerco de fome que Stalin aplicou na Ucrânia, porque a Ucrânia tinha valores e princípios cristãos e não queria fazer parte da União Soviética, porque eles tinham devoção e fé. Então eles disseram: “Nós não nos entregaremos”. E o que Stalin fez? Matou de fome! Porque como não conseguia quebrar o espírito, matou de fome oito milhões de pessoas. Isso é sangue! Isso é herança comunista. Não existe um comunista que não seja um assassino ou um adorador de assassinos. Por isso, os países que passaram por regimes comunistas e conseguiram se livrar desse mal, proibiram a foice e o martelo – um símbolo tão assassino, odioso e negativo quanto a suástica nazista. Precisa ser dito. Os vereadores que vêm aqui dizer que em 1964 a esquerda lutava por democracia e liberdade, mentem. Não viram o vídeo do Gabeira que eu mostrei aqui semana passada. Não viram o vídeo da Magalhães que eu botei aqui semana passada. Eu faço questão de publicar no Instagram hoje. Porque queriam a ditadura do proletariado. Eles queriam o famoso *paredón* para a burguesia. Eles queriam mandar no País e todo mundo que fosse divergente ou opositor ia parar nos *gulags*, porque eles fariam aqui. Então assim: não existe comunismo e liberdade, não existe socialismo e liberdade. Esses regimes só existem com censura, autoritarismo, destruição da liberdade e aniquilação de todos que pensam diferente. Não existe outra possibilidade. Esta data de hoje, eu digo o seguinte, ninguém comemora regime militar, nem comunista, ninguém gosta de ditadura de nenhum tipo. A verdade precisa ser dita: que Brasil nós teríamos hoje se pessoas como a Dilma e todos os outros que assaltaram, mataram, como tão bem disse a colega Mariana Lescano, havia ali o livrinho do

Lamarca, guerrilha urbana, faziam propaganda, ensinavam a matar autoridades, pessoas absolutamente inocentes. E quem faz parte de verdade de movimento de esquerda comunista sabe que se matam entre si e são os primeiros a se matarem. Por quê? Porque só o poder importa. Não estão nem aí para o povo, muito menos para o proletário, porque a primeira coisa que um regime comunista faz quando chega ao poder é manter o poder de qualquer jeito. E quem botou eles lá que se ferre. Manda ler a Revolução dos Bichos, onde os pobres dos cavalos trabalharam até a morte, e é isso que qualquer regime comunista quer: concentração de poder na mão de poucos e o resto que trabalhe até a morte. É isso que vocês defendem? Parece que é. Obrigada.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado com as armas e hoje com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e o estado de direito. Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses no presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história, pelos atos que praticam. A mim cabe lamentar pelo que foram e pelo que se tornaram. E resistir, resistir sempre. Resistir para acordar as consciências ainda adormecidas, para que juntos finquemos o pé no terreno que está do lado certo da história, mesmo que o chão trema e ameace de novo nos engolir. Luto pela democracia, luto pela verdade e pela justiça, luto pelo povo do meu País e pelo seu bem-estar. Muitos hoje me perguntam de onde vem a minha energia para prosseguir. Vem do que acredito. Posso olhar para trás e ver tudo o que fizemos, olhar para frente e ver tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos. Presidenta Dilma Rousseff, no ato de sua defesa no Senado, exemplificou o motivo de nós estarmos aqui mais uma vez defendendo o direito,

a memória, a verdade histórica e a justiça de transição para que não mais se repita a ditadura civil-militar, para que não mais se repita a tortura que essa, sim, Ver.^a Fernanda, derrubou muitos e muitas que defendiam o estado democrático de direito e o bem-estar do povo brasileiro. Presidenta Dilma, golpeada em 2016, porque a nossa democracia, ainda frágil e jovem, enfrentava ali um golpe jurídico-mediático com raízes internacionais. Porque o nosso País não enfrentou os males da ditadura, não foi capaz de realizar a justiça de transição e fez uma anistia, aquela, sim, que nada condiz com a construção da democracia. E nós vemos se repetir as cenas das tentativas de abolição do estado democrático de direito, no dia 8 de janeiro, quando, mais uma vez, aqueles e aquelas que não aceitam a vontade popular atentaram contra o nosso estado democrático de direito. Nós termos aqui, nesta Casa, neste Parlamento, parlamentares eleitos sob o sistema eleitoral garantido pelo estado democrático de direito, por uma democracia que custou as vidas de muitos, ver esses parlamentares subindo aqui para defender a ditadura, para defender a tortura, para defender os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, além de ato criminoso, que a nossa bancada irá à justiça, é também uma anomalia desse sistema, pois não cabe em uma instituição democrática aqueles e aquelas que atentam contra a democracia e que defendem crimes da ditadura. Não cabe nesta Casa, portanto, aqueles e aquelas que defendem criminosos e que, portanto, também fazem referência e se alinham ao lado desses criminosos. Mas nós, que defendemos a democracia, que sabemos que é só com justiça de transição, é só com política de memória que nós não teremos, nesta tribuna, pessoas falando inverdades sobre a nossa realidade histórica. Nós sabemos que é preciso ter esperança, ainda que seja esperança equilibrada que, como dizia Elis Regina, anda na corda bamba de sombrinha. Nós somos a esperança da resistência democrática e vocês, vocês passarão.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Obrigada, Ver.^a Juliana. Consulto se mais alguém deseja falar pelo tempo de liderança. (Pausa.)

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Atena, muito obrigado, boa tarde a você, boa tarde aos vereadores, às assistências dos gabinetes e aos pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara. Esta é uma semana muito importante para Porto Alegre, porque nós vamos ter o Fórum da Liberdade. E somente a liberdade, somente a livre iniciativa, a liberdade de expressão, o livre mercado e a livre intenção poderão fazer uma sociedade mais virtuosa: uma sociedade em que as pessoas tenham o direito e a liberdade de correr atrás do seu sonho. E o dia 31 de março tem esse detalhe – não tão detalhe assim –, mas tem esse episódio histórico, que precisou acontecer, em 1964, para evitar que o comunismo se alastrasse. E nós temos, inclusive, documentos que vieram a *lume*, a público, esta semana, mostrando, inclusive, que a China e também Cuba ofereceram apoio à Brizola para dar um golpe de Estado. Só que o problema é que o comunismo foi evitado, mas entramos numa ditadura. E nenhuma ditadura é boa, nem a direita e nem a esquerda, pois as ditaduras caçam a liberdade, restringem a liberdade de expressão muitas vezes, como o ditador Getúlio Vargas, com a Constituição de 1937, restringiu até mesmo a expressão religiosa neste País. E a gente vem de uma tradição de golpes, o golpe republicano de 1889, depois o golpe do fascista ditador, Getúlio Vargas. Então, o Fórum da Liberdade chega em momento oportuno para esta cidade, e não só para esta cidade, mas para todo o País, afinal de contas o preço da liberdade é a eterna vigilância. Um outro autor vai dizer que estamos apenas a uma geração, portanto, a 25 anos de uma nova ditadura. E por isso nós precisamos dizer ditadura nunca mais. E nesse momento o Brasil vive, sim, a ditadura da toga, onde um parlamentar gaúcho está sofrendo ameaças não tão veladas assim da Suprema Corte através da imprensa, aliás, com ameaça de perda de mandato, Ver.^a Vera Armando, pelo que ele fala na tribuna da Câmara Federal.

Ora, não há democracia se o parlamentar não pode ter a liberdade de subir à cátedra e fazer denúncias. E nesse caso específico, secretário-prefeito Pascoal, que nos abrilhanta com a sua presença, nesse caso específico, Marcel van Hattem estava apenas trazendo informações da imprensa, ainda livre no Brasil, de que o Xandão estava antecipando processos contra a Kassab, invocando-os para si a fim de chantagear o Kassab contra o projeto de lei, o projeto da anistia. Ditadura nunca mais, meus amigos, nem de direita nem de esquerda, muito menos no Judiciário, pois Ruy Barbosa já dizia que contra a ditadura da toga não há o que fazer, não há quem recorrer, porque eles têm a caneta na mão. Portanto, viva a liberdade, viva o Fórum da Liberdade, que esta cidade está recebendo – primeiro após as enchentes –, um fórum que traz grandes painelistas, grandes palestras. E que vai trazer, dessa vez, sim, a boa inundação em Porto Alegre de ideias, de debates, vai trazer à lume uma Porto Alegre livre, quer para a nossa cidade, para o nosso Estado e para o nosso Brasil. Realmente... Peço que adicione o meu tempo de Comunicação da sessão de hoje, se puder consultar o diretor Luiz Afonso. É possível? O meu tempo de comunicação? (Pausa.) Ah, só depois da... Muito bem. Então, para encerrar, viva a liberdade, viva o Instituto de Estudos Empresariais – IEE; viva o Fórum da Liberdade. E quem é defensor da liberdade tem que estar lá, tem um compromisso com esse fórum para fomentar e dizer: “Ditadura nunca mais”, seja de onde vier que viva a liberdade.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Obrigada, Ver. Tiago Albrecht. Consulto se mais alguém deseja fazer uso do tempo de Liderança nesse momento; não havendo ninguém, solicito a abertura do painel para a Ordem do Dia e passo a condução dos trabalhos ao meu companheiro de Mesa Diretora, o Ver. Márcio Bins Ely. Agradeço por essa experiência muito interessante e *sui generis*. Muito obrigada.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (16h35min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Pergunto se há matéria a ser apregoada, diretor, por gentileza.
(Pausa.) Não há matéria a ser apregoada.

Questão de ordem, encaminhamento, Ver.^a Grazi?

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL) (Requerimento): Olá, questão de ordem, Presidente. Solicito a retirada de tramitação das Emendas n^{os} 01, 02 e 04 ao PLL n^o 033/24.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Emendas de autoria de V. Exa., vereadora?

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL): Não. A Emenda n^o 01 é de autoria das vereadoras Natasha e Juliana, e as Emenda n^{os} 02 e 04 são de minha autoria e da bancada do PSOL.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Encaminha pela oposição, é isso?

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL): Isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): As autoras dão acordo?
(Pausa.)

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL): Pela oposição, retirada das Emendas n^{os} 01, 02 e 04.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tem acordo das autoras? Me sinalizem aqui as autoras, tem acordo? (Pausa.)

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Grazi Oliveira, com acordo das autoras. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLE nº 033/24 seja a primeira matéria a ser apreciada na ordem de priorização, e que o PLE nº 005/25 seja a segunda matéria a ser apreciada na ordem de priorização.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção da Ver.^a Natasha Ferreira.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente Márcio Bins Ely, em homenagem à liberdade contra a perseguição, solicito que o Requerimento nº 183/25 seja a terceira matéria a ser apreciada na ordem de priorização. Uma moção de solidariedade ao deputado que está sendo perseguido.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Natasha Ferreira, o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, quero fazer a declaração de voto que também enviarei, como se deve. E faço essa declaração porque há poucos minutos tivemos um acordo entre a base do governo e a da oposição, para que pudéssemos votar os projetos do governo,

mas veja bem, nós corremos o risco, Presidente, de retroceder naquilo que avançamos nesta Casa, que é entender que a reunião de líderes é o que fecha o processo de priorização, inclusive, quando chegamos aqui, os projetos têm uma ordem de votação. Nós não podemos, mais uma vez, voltar ao que tivemos na legislatura passada, que é uma completa desorganização da ordem das votações, a partir de requerimento de plenário. Se nós não pudermos ter compromisso com aquilo que avançamos e pactuamos entre nós, ficará difícil, não sei se para toda a oposição, mas pelo menos para a bancada do PCdoB, estabelecer acordos com o governo nesse cenário.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Feito o registro, obrigado.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Gostaria aqui de lembrar o Ver. Giovani Culau que a Câmara é soberana, conforme eu aprendi com o nosso diretor legislativo, para modificar, quando quiser, se, por unanimidade, a ordem de votação dos projetos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Feito o registro, Ver.^a Fernanda Barth.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLE nº 033/24.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 033/24. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, acabamos de ver agora o mais novo líder do governo Melo, Tiago Albrecht, Partido Novo. Comandou como vão ser os trabalhos da tarde, atropelou acordo que tinha entre a oposição e a situação. É isso aí, é a

liderança que se mostra. Parabéns, Ver. Tiago, está sendo o líder que o Melo pedia.

Agora, sobre essa matéria, eu queria dizer que é lamentável saber que Porto Alegre não tem um governo com palavra empenhada. Porto Alegre é um governo desastrado, que não respeita a história de construção do direito à educação. Durante quatro anos, prometeram e não cumpriram vagas na educação infantil. E agora vem de novo aqui pedir o voto do Parlamento, pedir o apoio da Câmara, como se a Câmara não cumprisse o seu dever de casa! Nós cumprimos! Quantos projetos nós aprovamos? Projetos indicativos de que as crianças não poderiam ficar fora da escola durante quatro anos – silenciaram. Nós aprovamos aqui em outro momento compra de vagas. A Prefeitura incompetente que é administrada pela direita não conseguiu comprar as vagas, não conseguiu construir um edital, porque estava mergulhada em escândalos. Teve uma secretária, teve outra, teve outro, teve outro. Quatro secretários passaram por lá e nenhum inaugurou escolas, porque este governo não tem compromisso em construir escolas. E agora vem achando que o dinheiro do erário público pode se transformar em lucro às empresas privadas de educação, quando nós sabemos que quem sempre garantiu a educação pública de qualidade foram as escolas próprias e as conveniadas, que não têm um fim lucrativo, têm um fim social. E agora, mais uma vez, negligência total, inclusive, ao Plano Municipal de Educação, em vigor desde 2015. Mas eles não sabem de leis, eles não entendem de leis, eles ignoram as leis, como a implementação do mínimo constitucional que esta Prefeitura não cumpre. Está escrito na Lei Orgânica: 30% do orçamento para educação; e não chega a 20%. Não chega a 20%. Se o prefeito não cumpre a Constituição, imagina, vem pedir ao Parlamento para gastar mais dinheiro com o privado. Toda vez que eu vi o privado entrar pela porta da Prefeitura, eu vi prisões. Eu vi a prisão da secretária de educação, eu vi assessoras serem presas e uma legião de CCs serem investigados. Inclusive, o filho do prefeito investigado, não sei por que, mas está nos autos do processo, foi até afastado do cargo. Tinha uma foto dele lá com o empresário em um coletivo, tinha o prefeito, uma secretária, todos lá. O fato é que Pablo Melo

não está aqui dentro, foi afastado do cargo de vereador. Segundo fato, ele é filho do prefeito. Terceiro fato, a educação não fez vagas, não construiu escolas, a educação estava interessada em outras coisas, que não era garantir à população o direito sagrado à escola pública. Lá, nós temos abandonadas cinco escolas, cinco escolas, tem uma delas que faltava apenas 8% para ser entregue, para criar centenas de vagas à nossa infância, e, hoje, a gente amarga sete mil crianças sem o direito à educação infantil, porque o governo acha que essas crianças podem ficar para depois. Quatro anos se passaram; quem tinha cinco anos em 2021, hoje está com dez anos, já está na metade do fundamental e não teve direito à educação infantil. E, mais uma vez, querem comprar vagas, sabendo que os editais dão vazios, porque o dinheiro é baixo, e a Prefeitura não quer fazer política pública. Quem tem empresa de educação não quer vender vaga barata, isso é um fato. Eu vejo aqui desfilarem pessoas que há quatro anos desfilam aqui, mas que não entregam políticas públicas de qualidade. Um exemplo é o ex-vereador Cezar Schirmer, que está no governo e tem responsabilidade também por não construir escolas, está aqui, hoje, de novo, conversando com o Parlamento, mas, promessas, o Ver. Jonas Reis está cansado de ouvir, porque educação mesmo não faz, porque não quis construir escola, não botou uma pedra fundamental em um bairro para construir escola de verdade; o edital vai dar vazio de novo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jonas Reis.

A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde a todos e a todas que estão nos acompanhando presencialmente e àqueles e àquelas que nos acompanham pela TVCâmara. Bom, o projeto que nós vamos votar está se referindo à alteração ao projeto de lei de compra de vagas. Nós já temos essa lei instituída no nosso Município, e o governo vem com a proposta então de fazer

ampliação da idade incluindo a pré-escola, retirando, não só garantindo para 0 a 3 anos, mas ampliando para 5 anos e 11 meses. Bom, esse projeto, com certeza, vai abranger toda a categoria da educação infantil, que nós sabemos que é um problema para o Município de Porto Alegre há anos. Hoje a gente tem em torno de 7 mil vagas faltando para as nossas famílias, principalmente nas comunidades mais periféricas de Porto Alegre. Eu estou falando isso para já antecipar que o meu voto, que, com certeza, será a favor deste projeto, mas eu preciso aqui apontar alguns problemas em relação à compra de vagas que precisam ser sanados pelo governo a curto, a médio e a longo prazo. O primeiro problema é a isonomia do projeto, como um todo, em relação ao que nós temos hoje na rede direta do Município e também com as escolas parceirizadas. Nós precisamos compreender que inclusive são as escolas parceirizadas que atendem 80% das nossas crianças em idade de educação infantil. São elas que atendem na periferia da nossa cidade. O que isso significa, quando eu peço isonomia? Que todos os regramentos e todas as propostas que estão sendo elaboradas para a compra de vagas também sejam estendidas para as escolas conveniadas. Um exemplo disso é que no edital que foi lançado pela Prefeitura, em fevereiro deste ano, as crianças de inclusão que forem matriculadas nas escolas de compra de vagas terão o recebimento em dobro, como se fossem duas crianças. Essa política não acontece com as escolas parceirizadas no nosso Município. E no nosso Município hoje são em torno de mais de 400 crianças atípicas que precisam de atendimento especializado, que precisam de acompanhamento de monitores e que precisam que as escolas parceirizadas tenham investimento. O segundo ponto é o que preconiza o sistema municipal de educação, e aqui é uma reivindicação dura com o Município, com o governo Melo em relação à ausência do Conselho Municipal de Educação no processo de credenciamento das escolas. É lei, o sistema municipal de educação precisa ser abarcado e cancelado com a presença da gestão, através da secretaria de Educação e do Conselho Municipal de Educação, porque dentro dele comporta famílias, estudantes, pais, enfim, até a própria secretaria. O que eu quero dizer com isso? Não é possível nós autorizarmos que escola de educação infantil

esteja em funcionamento sem a autorização e credenciamento do Conselho Municipal de Educação. Nós estamos correndo um grande risco de colocar as nossas crianças em situações de risco, de vulnerabilidade de atendimento. Nós temos a responsabilidade aqui nesta Casa de atentar que o Conselho Municipal de Educação precisa ter estrutura para poder desenvolver o seu trabalho. A última questão que eu quero trazer aqui e que acho que é bastante importante e que é o resultado da audiência pública, que inclusive participei, senti falta dos colegas, pediram tanta audiência virtual para participar, não veio ninguém. E como adoram para ser virtual, ninguém participou, mas eu estava lá. E uma das reivindicações que apareceu na audiência pública, infelizmente por parte das grandes empresárias da educação, foi de dizer que a família teria direito de escolher aonde quer colocar seus filhos, se quer colocar uma escola particular ou não. Eu quero sinalizar aqui aos colegas que este projeto de lei tem um objetivo específico que é atender as crianças em situação de vulnerabilidade. Esse é o objetivo. Então, as escolas que estão localizadas em bairros que são totalmente inversos do que são os nossos bairros de periferia estão reivindicando sim o direito de as famílias escolherem para onde querem botar seus filhos. Então, a política de compra de vagas precisa ter fim. E esse fim precisa ser breve. Então, nós vamos aprovar esse projeto tendo a consciência de que essa medida tem que ser paliativa. Ela tem que ser momentânea. O governo precisa construir escolas públicas. O dinheiro público precisa estar investido na coisa pública. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Temos matéria a ser apregoada, diretor? Vereadora, um minutinho. Nós vamos só apregoar aqui uma matéria desse projeto, já lhe abro o microfone.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, Presidente. Temos matéria a ser apregoada desse mesmo projeto que está em discussão, daí a urgência. Todas as matérias agora são em relação ao PLE nº 033/24, que é exatamente o projeto que está em discussão.

Aprego as Emendas nºs 04 e 05, de autoria do Ver. Jonas Reis e da Ver.^a Grazi Oliveira, ao PLE nº 033/24.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 04 e 05 ao PLE nº 033/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Jessé Sangalli e da Ver.^a Comandante Nádia, ao PLE nº 033/24.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLE nº 033/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego requerimento de autoria da Ver.^a Grazi de Oliveira solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLE nº 033/24.

Aprego a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Jonas Reis e da Ver.^a Grazi Oliveira, ao PLE nº 033/24.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das emendas ao PLE nº 033/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eram esses os apregoamentos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, diretor.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24. V. Exa. tem cinco minutos.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas; esse aqui é mais um projeto que faz parte daquele repertório de remédios paliativos e discursos de faz de conta para problemas reais e urgentes da população de Porto Alegre. Que a falta de vagas na educação infantil, na pré-escola é um dos problemas mais agudos da nossa cidade ninguém, neste plenário, tem dúvida. Nós, que andamos por Porto Alegre durante as eleições de 2024, vimos que, em todos os cantos desta cidade, Ver.^a Vera Armando, a demanda por vagas em creches, em pré-escola era gritante. Era, por todos os lados, mães que não têm onde deixar seus filhos para poder trabalhar e garantir sua autonomia financeira e, muitas vezes, sair de situação de violência doméstica. Era, por todos os lados, mães que já passaram por todas as etapas de luta atrás de uma vaga e seguem sem resposta. Não é à toa que chegamos hoje no momento de discussão desse projeto com 7 mil crianças fora da escola, crianças entre 4 e 5 anos; é porque há, na verdade, uma negligência histórica desse campo do governo – hoje governo Melo e anteriormente governo Marchezan, mas do qual o MDB fazia parte da base –, negligenciar o acesso à educação infantil para as crianças da nossa cidade, àquelas mães, muitas vezes mães solo, que saem correndo por aí em busca de respostas. Desde 2016, a Prefeitura de Porto Alegre não cumpre o Plano Nacional de Educação nem mesmo o Plano Municipal de Educação no que se refere à meta de universalizar o acesso à escola. Da mesma forma, nossa cidade já experienciou, nos últimos quatro anos, essa mesma política, secretário Pascoal, de compra de vagas em instituições privadas, e essa política apresentou diversas lacunas e se mostrou insuficiente. Nós precisamos de uma política do Município que invista... (Pronunciamento interrompido por falta de energia elétrica no plenário).



(Face à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Palácio Aloísio Filho, os trabalhos foram encerrados às 17h03min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *